

29/3/95

## **AUDIÊNCIA COM DIRIGENTES NO CONGRESSO PARA REIVINDICAR A INSTALAÇÃO DO CONSELHO**

Através de gestões desenvolvidas pela Fenaj, estão sendo solicitadas audiências, no dia 4/4, com os Presidentes do Congresso e da Câmara dos Deputados, bem como com o presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara. A finalidade reivindicar a imediata votação da composição e instalação do Conselho de Comunicação Social. Ficou acertado que os coordenadores Beth e Daniel darão forma final a um expediente, a ser entregue a estes dirigentes do Congresso, atualizando esta antiga reivindicação do Fórum. O coordenador Daniel ficou encarregado de avisar às entidades sobre o horário da audiência e expedir convocação para participação das entidades ligadas ao Fórum nas referidas audiências.

## **CONSELHO DE COMUNICAÇÃO**

Foi relatado à Coordenação Executiva que no dia 4/4 um grupo de representantes do Fórum, integrado pela Fenaj, diversos sindicatos de jornalistas, além da ABVP e Fiterf mantiveram diversas audiências, no Congresso Nacional, com os seguintes resultados:

**Presidente da Câmara dos Deputados**, deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), que mostrou-se disposto a cooperar no sentido da votação e instalação do Conselho de Comunicação Social.

**Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática** da Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Barbieri (PMDB-MG), manifestou disposição para apoiar a realização de uma audiência pública, no dia 27/4, com os indicados para integrar o Conselho, segundo o acordo formado entre o Fórum e o empresariado de Comunicação.

**Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal**, senador José Sarney (PMDB-AP), alegou diversas dificuldades para a votação da composição e instalação do Conselho, entre as quais a inexistência de dotação orçamentaria e falta de secretaria e local para instalação do Conselho. A audiência com o presidente do Senado e do Congresso foi considerada como decepcionante, já que o ex-presidente da República só alegou dificuldades, não demonstrando simpatia com a idéia ou perspectiva de solução dos problemas alegados.

A Executiva deliberou que, diante deste quadro, deveremos convidar o empresariado de comunicação a fazer uma visita conjunta ao presidente do Congresso, ressaltando a desnecessidade destes pré-requisitos para a instalação do Conselho, que pode ser precária do ponto de vista da infra-estrutura, problema que pode ser resolvido depois da sua instalação. Também é objetivo da Executiva ressaltar, para o presidente do Senado, a urgência da instalação do Conselho em função das atribuições adicionais que lhe foram conferidas pela Lei da TV a Cabo, determinando que o Ministério das Comunicações ouça o Conselho de Comunicação Social antes de baixar qualquer norma ou regulamento sobre TV a Cabo.

## **DISPUTA DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA REGULAMENTAÇÃO DA TV A CABO**

Na manhã do último dia 18 de maio, os integrantes do “grupo do Cabo” reuniram-se, informalmente com o presidente da *Comissão de Ciência, Tecnologia Comunicação e Informática* da Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP). Também participaram da reunião os deputados Paulo Islander (PTB-MG), Arolde de Oliveira (PFL-RJ), Luiz Moreira (PFL-BA) e Koyu Iha (PSDB-SP).

Os dois principais assuntos da reunião foram a disputa da implantação do Conselho de Comunicação Social e a tramitação da proposta de regulamentação da TV a Cabo que o Ministério das Comunicações enviou para o Congresso, visando obter o parecer que devia ser dado pelo Conselho de Comunicação Social, ainda não implantado. Como o Conselho ainda não está instalado, o presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), enviou a matéria para as Comissões técnicas da Câmara e do Senado.

No Senado, o senador José Eduardo (PT-SE) elaborou parecer declarando a Comissão técnica do Senado incompetente para emitir parecer em substituição ao parecer que deveria ser do Conselho de Comunicação Social e propôs a imediata criação deste Conselho para solução do impasse. Segundo o senador, o Ministério das Comunicações, em cumprimento à Lei 8.977, não poderá baixar regulamento sobre a Lei da TV a Cabo enquanto não for instalado o Conselho de Comunicação Social e estiver em condições de emitir pareceres.

Tal posição também é compartilhada pelo deputado Koyu Iha.

A comissão técnica da Câmara, entretanto, segundo a posição dos demais deputados que compareceram à reunião, poderá manifestar proposição, ao Ministério das Comunicações, de suspensão da elaboração da regulamentação da TV a Cabo, até que haja decisão sobre a emenda à constituição sobre telecomunicações, proposta pelo governo.

Os deputados Paulo Islander e Arolde de Oliveira manifestaram convicção de que o Conselho de Comunicação, tal como previsto na Lei 8.539, que o criou, e na Lei da TV a Cabo, não será implementado, por resistência dos próprios parlamentares. Manifestaram, também, a opinião de que talvez não seja oportuno criar agora este Conselho, já que, em decorrência da reforma da Constituição, prevê-se a criação de um órgão regulador, no molde do FCC norte-americano.

Diante destas posições e opinião, os representantes do Fórum manifestaram discordância com relação a qualquer iniciativa de adiamento da elaboração da regulamentação da TV a Cabo, já que isto só beneficiaria os grupos empresariais que prosseguem implantando redes à margem da Lei. Também manifestaram a convicção de que a Lei foi feita com o cuidado para ser viável independente do modelo das telecomunicações assentar-se em empresas estatais ou privadas. Ou seja, a implementação da Lei da TV a Cabo não pode ser condicionada ao resultado da reforma constitucional.

Os representantes do Fórum também expressaram para os parlamentares e para os empresários que estavam na reunião, que a não implantação do Conselho inviabiliza o baixamento de qualquer regulamento e a falta do regulamento compromete, irremediavelmente, a vigência da Lei. Neste caso, o Fórum estará pronto para travar uma batalha jurídica e política para impedir que a implantação da TV a Cabo prossiga num quadro de ilegitimidade e ilegalidade.

Os representantes do Fórum manifestaram ainda preocupação com qualquer proposta que instabilize a aplicação e a vigência da Lei da TV a Cabo. o que poderia comprometer a implementação do acordo firmado entre o Fórum e o empresariado de comunicação e implicar num retrocesso das posições.

Para colaborar na solução do impasse em relação à implantação do Conselho de Comunicação Social, o Fórum, a ABTA e a ABERT tentarão realizar, entre os dias 23 e 24 de maio, uma reunião entre as comissões técnicas da Câmara e do Senado, para buscar uma solução conjunta.

## **COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CONTINUA ENFRENTANDO RESISTÊNCIAS NO SENADO**

Em debate veiculado no último dia 3 de abril, para quase todos os Estados do Brasil, através da TV Executiva da Embratel, o Líder do Governo no Senado, Senador Pedro Simon (PMDB-RS), teceu críticas à composição do Conselho de Comunicação Social proposta conjuntamente pelo Fórum e pelo empresariado de comunicação. O Senador Simon, além disso, demonstrou incompreensível desconhecimento de uma matéria votada por ele próprio no plenário do Senado quando foi aprovada a Lei 8.385 que criou o Conselho. A Lei foi sancionada em 30 de dezembro de 1991. Simon ressaltou ser mais importante do que a instalação do Conselho a criação de uma Comissão de Senadores, para "debater com a sociedade" os problemas da televisão brasileira. Os representantes do Fórum, neste debate, estranharam a posição do Senador Simon e lembraram que o Congresso está em dívida com a sociedade, ao retardar a composição do Conselho que, pela própria Lei, deveria ter sido votada 60 dias após a sanção. Sustentaram os representantes do Fórum que a composição proposta deve ser aprovada e a sua instalação agilizada pois trata-se de um dos raros momentos em que, na sociedade, se chegou a um inédito consenso sobre uma matéria. Com a criação do Conselho, que tem caráter consultivo, será estabelecida uma relação permanente e sistemática da sociedade com o Congresso sobre as questões de comunicação. O Fórum está programando uma intensificação da luta pelo Conselho, procurando superar as resistências que se verifica, principalmente, no Senado Federal.

Brasília, 16 de setembro de 1993

# **Fórum age em defesa do Conselho e exige que Congresso vote Composição**

Dando conseqüência à linha de ação traçada pelo Fórum, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) protocolou, junto à Presidência do Senado, no último dia 3 de setembro, um requerimento exigindo a o cumprimento da Lei 8389, de 30/12/91, que criou o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, previsto na Constituição.

O requerimento foi elaborado com a assistência jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil, através da dra. Carmem Lúcia Antunes Rocha, da Comissão de Assuntos Constitucionais da OAB. A OAB está indicada para compor o Conselho e apoia a iniciativa. O requerimento parte do princípio de que há uma ilegalidade na não votação da composição do Conselho, já que lei especifica, no seu artigo 8º, que a composição do Conselho deveria ter sido efetivada em até sessenta dias após a data da sua publicação.

A finalidade do requerimento é estabelecer um prazo pois, caso o Congresso não encaminhe a votação do Conselho, poderá ser impetrada uma ação no Supremo Tribunal Federal exigindo o cumprimento da lei. Isso ocorrerá, se o Fórum assim o decidir, no prazo máximo de 30 dias após a entrega do requerimento. Com esta iniciativa, portanto, o Fórum tem condições de decidir se entrará ou não com uma ação contra a mesa do Senado, tal como se cogitou na última reunião da Coordenação. A assessoria da OAB, nesse período, estará estudando a natureza da ação.

## **INSTALAÇÃO DE FATO**

A Coordenação do Fórum, na reunião do dia 15/9, decidiu estabelecer gestões para que algum órgão do Congresso ou lideranças que apoiem a composição do Conselho com base no acordo já firmado, que promovam uma reunião dos seus 13 membros para os primeiros dias de outubro. O Fórum trabalhará com a perspectiva de propor a "instalação de fato" do Conselho, caso haja a concordância da maioria das entidades que nele se fazem representar.

# ABERT TRAI ACORDO E QUER DERRUBAR CONSELHO NA REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

Com uma atitude definida pela Executiva da Coordenação do Fórum como "indigna e inescrupulosa" a direção da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a maior entidade empresarial da área da comunicação, está assumindo publicamente que quer derrubar o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso previsto na Constituição. A atitude da ABERT confirma suspeitas de que esta entidade vinha, desde 1992, sabotando a votação da composição do Conselho no Congresso.

A criação do Conselho foi regulamentada pela Lei 8.389, sancionada no dia 30 de dezembro de 1991. Com uma tramitação recorde, a aprovação desta lei foi o resultado de um inédito acordo firmado, em outubro de 91, entre o Fórum e uma representação do empresariado de comunicação, que incluía, além da ABERT, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e a Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER). O fechamento do acordo, no dia 10 de outubro de 91, foi patrocinado pelo então presidente da *Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática* da Câmara do Deputados, o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), hoje ministro da Previdência.

O acordo, firmado entre os setores da sociedade mobilizados nas questões da comunicação, foi generosamente acolhido pela Câmara dos Deputados e depois pelo Senado Federal, sem emendas. Isto é, as duas casas do legislativo federal apoiaram o acordo.

A lei determina que o Congresso deveria ter votado até o final de março a composição do Conselho. O acordo que garantiu a criação do Conselho foi estendido à sua composição. O Fórum e as entidades empresariais, capitaneadas pela ABERT, chegaram com facilidade a um acordo sobre a composição do Conselho.

A crise do governo Collor foi explicação, mas nunca chegou a ser justificativa, para os sucessivos adiamentos que a votação da composição do Conselho começou a sofrer. Nos bastidores, já a partir do segundo semestre de 1992, comentava-se que a obstrução da votação da composição era manobrada por parlamentares inspirados pela ABERT. Dirigentes da ABERT, entretanto, em diversas oportunidades, chegavam a referir-se ofensivamente ao Congresso - chamado de incompetente e omissor - por este não proceder a votação da composição do Conselho. Agora está confirmado: a mesma ABERT que ofendia o Congresso, monbrava para impedir a votação.

A posição da ABERT surpreende pela falta de honradez dos seus dirigentes, mas não pelo conteúdo: os setores do empresariado monopolista que a direção da ABERT representa, definitivamente, não querem um espaço institucional para o debate da comunicação no país. Demonstam que querem manter as decisões sobre comunicação nos bastidores dos ministérios, especialmente o das Comunicações, à margem do debate público, num terreno propício para favorecimentos, compadrio e mesmo corrupção.

A atitude da direção da ABERT também demonstra o descompromisso com os interesses da maioria dos empresários de rádio e televisão do Brasil que não estão vinculados aos grupos monopolistas. Significativamente, a posição da ABERT foi anunciada pelo seu vice-presidente, Luiz Eduardo Borgerth, que também é diretor da Rede Globo.

No mercado de comunicação do Brasil, em 1992, 59,3 das verbas publicitárias foram para a televisão. E cerca de 79% da receita de televisão foi absorvida pela Rede Globo. A realidade é que não só o segmento da televisão, mas o mercado brasileiro de comunicação como um todo é comandado por um cartel liderado pela Rede Globo. A concorrência é manipulada, o que explica, por exemplo, o esvaziamento da segmento de jornal (24,3% do mercado, mas com o mais baixo índice de exemplares por mil habitantes da América Latina, que foi de 28 em 1992, pouco mais do que a metade do índice da Bolívia que, por sua vez, tem menos da metade da renda per capita brasileira); ou ainda a deterioração da mídia rádio (4,9% do mercado). O Fórum, por isto, considera urgente uma reestruturação do mercado de comunicação no Brasil. A ABERT apregoa que o Conselho - que tem apenas funções consultivas - teria um caráter censório. Ao contrário, o Fórum, que tem propostas concretas para reestruturar o mercado de comunicação, quer discutir políticas públicas que introduzam condições reais de concorrência e o exercício do pluralismo pelos meios de comunicação. Aliás, justamente o que a ABERT não faz, nem no seu interior.

A Executiva tomou a decisão de dar entrada no Supremo Tribunal Federal com uma ação, elaborada em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil, exigindo que o Congresso vote a composição do Conselho.

Também foi convocada, para o dia 19 de outubro, uma reunião dos membros indicados pelo Fórum para a composição do Conselho e, para os dias 20 e 21, uma ação concentrada sobre as lideranças de todos os partidos no Congresso.

Todos os integrantes do Fórum estão convocados para fazer repercutir esta posição da ABERT, nas regiões, através de pronunciamentos de vereadores e deputados, bem como de manifestações das entidades.

## Composição do Conselho resultante do acordo

### **BLOCO EMPRESARIADO**

**Empresários de Rádio:** Jairo Valadares e Oscar Piconez (Abert);

**Empresários de TV:** Luiz Eduardo Borghert e Flávio Cavalcanti Jr. (Abert);

**Empresários de Imprensa Escrita:** Fernando Ernesto Correa e Luis Edgar Tostes (Anj e Aner);

**Engenheiros de Telecomunicações:** Victor Purri Netto e Djalma Ferreira (Abert e Anj).

### **BLOCO PROFISSIONAIS**

**Jornalistas:** Daniel Koslowsky Herz e Frederico Barbosa Ghedini (FENAJ e sindicatos de jornalistas);

**Radialistas:** Francisco Pereira da Silva e Orlando José Ferreira Guilhon (FITERT e sindicatos de radialistas);

**Artistas:** Bete Mendes e Cássio Batista Pinheiro de Barcelos (ANEATE e sindicatos de artistas e técnicos, suplente indicada pelo sindicato dos artistas e técnicos de SP e RJ);

**Cinema e Vídeo:** Antônio Ferreira de Souza e Jorge Monclar (sindicatos de trabalhadores na indústria cinematográfica);

### **BLOCO SOCIEDADE CIVIL**

**Ordem dos Advogados do Brasil:** Marcelo Lavenère e José Paulo Cavalcanti

**Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:** Dom Ivo Lorscheiter e Dom José Maria Pires;

**Associação Brasileira de Imprensa:** Nilson Lage e Mário Martins;

**Empresários de Publicidade:** Petrônio Corrêa e João Carlos Müller;

**Juristas:** Saulo Ramos e Flávio Bierrembach.

# FÓRUM ENFRENTA ABERT E REIVINDICA CORAGEM DO CONGRESSO PARA COMPOR CONSELHO DE COMUNICAÇÃO

O Fórum decidiu que, na defesa da implantação do Conselho de Comunicação Social, vai enfrentar a Associação Brasileira de Emissoras de rádio e televisão e vai cobrar uma atitude coerente, corajosa e soberana do Congresso Nacional com a votação imediata da composição do Conselho de Comunicação Social. O conflito surgiu quando a ABERT, com uma atitude definida como imoral, indigna e inescrupulosa, rompeu acordo firmado publicamente com o Fórum e passou a defender a extinção do Conselho na Revisão Constitucional.

Enquanto até a Máfia siciliana tem ações pautadas por um sentido de honra, no cumprimento de acordos, a ABERT escolheu o caminho do rompimento de um acordo público, depois de ter participado junto com o Fórum na elaboração, até nos detalhes, do texto da lei 8.389 de 30/12/91, que criou o Conselho. Posteriormente, a ABERT também fechou acordo com o Fórum sobre a composição do Conselho.

Em documento dirigido a todos os parlamentares federais, o Fórum acusa a ABERT de não querer "*desestatizar* as práticas e o processo de decisão, com a criação de espaços institucionais como o Conselho". O que a ABERT quer, prossegue o documento, é "que o assunto os assuntos de comunicação de massa continuem a ser tratados apenas nos locais protegidos da visibilidade pública: isto é, nos bastidores dos Ministérios, que possibilitam acertos de gabinetes, beneficiamentos, compadrio e, mesmo, corrupção".

O documento distribuído a todos os senadores e deputados federais faz um veemente apelo no sentido de "restabelecermos a hierarquia e a dignidade que deve presidir os assuntos públicos do país e mostrar que o poder legislativo não se dobra mesmo diante do imoderado poder exercido pelos conglomerados de comunicação de massa deste país". Reivindica o documento que o Congresso, dando consequência ao acordo que tanto o Senado como a Câmara referendaram, "vote urgentemente a composição do Conselho de Comunicação Social, criando condições para sua imediata instalação".

Reunida no dia 14/10, através de telereunião, a Executiva da Coordenação, reconhecendo a gravidade da posição pública

Com uma atitude definida pela Executiva da Coordenação do Fórum como "indigna e inescrupulosa" a direção da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a maior entidade



empresarial da área da comunicação, está assumindo publicamente que quer derrubar o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso previsto na Constituição. A atitude da ABERT confirma suspeitas de que esta entidade vinha, desde 1992, sabotando a votação da composição do Conselho no Congresso.

A criação do Conselho foi regulamentada pela Lei 8.389, sancionada no dia 30 de dezembro de 1991. Com uma tramitação recorde, a aprovação desta lei foi o resultado de um inédito acordo firmado, em outubro de 91, entre o Fórum e uma representação do empresariado de comunicação, que incluía, além da ABERT, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e a Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER). O fechamento do acordo, no dia 10 de outubro de 91, foi patrocinado pelo então presidente da *Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática* da Câmara dos Deputados, o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), hoje ministro da Previdência.

O acordo, firmado entre os setores da sociedade mobilizados nas questões da comunicação, foi generosamente acolhido pela Câmara dos Deputados e depois pelo Senado Federal, sem emendas. Isto é, as duas casas do legislativo federal apoiaram o acordo.

A lei determina que o Congresso deveria ter votado até o final de março a composição do Conselho. O acordo que garantiu a criação do Conselho foi estendido à sua composição. O Fórum e as entidades empresariais, capitaneadas pela ABERT, chegaram com facilidade a um acordo sobre a composição do Conselho.

A crise do governo Collor foi explicação, mas nunca chegou a ser justificativa, para os sucessivos adiamentos que a votação da composição do Conselho começou a sofrer. Nos bastidores, já a partir do segundo semestre de 1992, comentava-se que a obstrução da votação da composição era manobrada por parlamentares inspirados pela ABERT. Dirigentes da ABERT, entretanto, em diversas oportunidades, chegavam a referir-se ofensivamente ao Congresso - chamado de incompetente e omissivo - por este não proceder a votação da composição do Conselho. Agora está confirmado: a mesma ABERT que ofendia o Congresso, monbrava para impedir a votação.

Continua na página 2)

## Abert trai acordo...

(Continuação da 1a. página)

A posição da ABERT surpreende pela falta de honradez dos seus dirigentes, mas não pelo conteúdo: os setores do empresariado monopolista que a direção da ABERT representa, definitivamente, não querem um espaço institucional para o debate da comunicação no país. Demonstram que querem manter as decisões sobre comunicação nos bastidores dos ministérios, especialmente o das Comunicações, à margem do debate público, num terreno propício para favorecimentos, compadrio e mesmo corrupção.

A atitude da direção da ABERT também demonstra o descompromisso com os interesses da maioria dos empresários de rádio e televisão do Brasil que não estão vinculados aos grupos monopolistas. Significativamente, a posição da ABERT foi anunciada pelo seu vice-presidente, Luiz Eduardo Borgerth, que também é diretor da Rede Globo.

No mercado de comunicação do Brasil, em 1992, 59,3 das verbas publicitárias foram para a televisão. E cerca de 79% da receita de televisão foi absorvida pela Rede Globo. A realidade é que não só o segmento da televisão, mas o mercado brasileiro de comunicação como um todo é comandado por um cartel liderado pela Rede Globo. A concorrência é manipulada, o que explica, por exemplo, o esvaziamento da segmento de jornal (24,3% do mercado, mas com o mais baixo índice de exemplares por mil habitantes da América Latina, que foi de 28 em 1992, pouco mais do que a metade do índice da Bolívia que, por sua vez, tem menos da metade da renda per capita brasileira); ou ainda a deterioração da mídia rádio (4,9% do mercado). O Fórum, por isto, considera urgente uma reestruturação do mercado de comunicação no Brasil. A ABERT apregoa que o Conselho - que tem apenas funções consultivas - teria um caráter censório. Ao contrário, o Fórum, que tem propostas concretas para reestruturar o mercado de comunicação, quer discutir políticas públicas que introduzam condições reais de concorrência e o exercício do pluralismo pelos meios de comunicação. Aliás, justamente o que a ABERT não faz, nem no seu interior.

A Executiva tomou a decisão de dar entrada no Supremo Tribunal Federal com uma ação, elaborada em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil, exigindo que o Congresso vote a composição do Conselho.

Também foi convocada, para o dia 19 de outubro, uma reunião dos membros indicados pelo Fórum para a composição do Conselho e, para os dias 20 e 21, uma ação concentrada sobre as lideranças de todos os partidos no Congresso.

Todos os integrantes do Fórum estão convocados para fazer repercutir esta posição da ABERT, nas regiões, através de pronunciamentos de vereadores e deputados, bem como de manifestações das entidades.

# **No STF, mandado de segurança para obrigar Congresso Nacional a compor Conselho de Comunicação**

No dia 18 de novembro o Fórum Nacional pela Democratização tomará a constrangedora iniciativa de entrar com um mandado de segurança para obrigar o Congresso Nacional a cumprir a lei. Depois de aprovar a lei 8.389, de 30 de dezembro de 1991, graças às manobras de lideranças pressionadas pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), o Congresso Nacional deixou de votar a composição do Conselho. A lei determina que a votação deveria ocorrer até o fim de março de 1992. A aprovação da lei foi resultante de um acordo entre o Fórum e a ABERT. Posteriormente o acordo foi estendido à composição do Conselho. Mais tarde, a ABERT traiu este acordo e passou a manobrar contra a votação da composição, procurando ganhar tempo e para derrubar o Conselho na Revisão Constitucional.

No dia 3 de setembro, a Federação Nacional dos Jornalistas, representando Fórum, entrou com uma representação junto à mesa do Congresso. Esta representação sequer foi respondida pelo senador Humberto Lucena. Com base nesta comprovação do descumprimento da lei, o Fórum agora ingressa no Supremo Tribunal Federal com um mandado de segurança para obrigar o Congresso Nacional a cumprir uma lei aprovada por este mesmo Congresso.

O Fórum reivindica que na votação da composição seja observado o acordo firmado entre o Fórum e a ABERT. O Fórum está disposto a honrar seu compromisso, mesmo que não seja esta a disposição dos dirigentes da entidades que representa os veículos de comunicação mais importantes na disseminação de idéias concepções e valores no país: o rádio e a televisão.

# Rezek nega mandado em defesa do Conselho

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Francisco Rezek, considerou improcedente a ação movida pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) contra o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, pela não eleição nos prazos legais dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional. De acordo com a Lei 8.389 de 30/12/91, a composição do Conselho deveria ter sido votada até o início de março de 1992 e instalado até o início de abril do mesmo ano. O mandado de segurança foi impetrado pela FENAJ dando seguimento a deliberação tomada pela Coordenação do Fórum.

Como relator do mandado de segurança impetrado pela FENAJ, o ministro Francisco Rezek - que presidiu, no TSE, as eleições de 1989 e depois foi ministro das Relações Exteriores do governo Collor - rejeitou a ação alegando que a faculdade de indicar membros não confere às entidades "o direito de exigir a realização da eleição e a instalação do colegiado". Em seu despacho, publicado no Diário da Justiça no final de fevereiro, Rezek diz que o direito de representação dos jornalistas não foi ofendido, concordando com as explicações de Lucena de que "o fato de ainda se achar pendente a composição do Conselho não fere direito nem da Federação Nacional dos Jornalistas, nem de representante da categoria profissional dos Jornalistas".

A lei que criou o Conselho, regulamentando dispositivo da Constituição, foi resultado de uma bem-sucedida negociação entre o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e o empresariado de Comunicação, com destaque para as participações da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e a Associação Nacional dos Jornais (ANJ). Depois da aprovação da lei, o Fórum e o empresariado também negociaram uma proposta de composição do Conselho que foi apresentada ao então presidente do Congresso, senador Mauro Benevides.

No segundo semestre de 1992, depois de muitas pressões sobre o Congresso, a matéria chegou a ser colocada em pauta, mas não foi votada. Passou-se a observar uma difusa resistência à votação da composição do Conselho, destacando-se as posições contrárias dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Esperidião Amin (PPR-SC). Em setembro de 1993, a FENAJ, em cumprimento a uma deliberação do Fórum, fez uma representação ao atual presidente do Congresso, senador Humberto Lucena. Não houve resposta. Neste mesmo mês, identificou-se um dos focos da resistência: Luiz Eduardo Borghert, vice-presidente da ABERT e diretor da Globo, passou a defender a eliminação do Conselho na revisão constitucional, definindo-o como um "conceito fascista".

A imoralidade da posição de Borghert pode ser avaliada com a constatação de que este mesmo diretor da Globo participou, pessoalmente, de todas as reuniões para composição e instalação do Conselho. Isto é, a ABERT, representada por Borghert, fechou acordo e depois não o cumpriu. Outro dirigente da ABERT, que também participou das negociações, chegou a afirmar a um coordenador do Fórum, que aquela não era posição da ABERT. Mas a ABERT, publicamente, não desmentiu as afirmações de Borghert. Estes fatos foram denunciados em mensagem enviada pelo Fórum a todos os parlamentares federais (publicada anexa ao *Fax\*Fórum* 14, de 18/10/93).

O Fórum não concorda com a decisão do ministro Rezek e está estudando outras medidas, recursos e ações cabíveis para garantir o cumprimento da Lei que regulamenta o Conselho, que está sendo desrespeitada pelo Congresso Nacional.

Brasília, 27 de junho de 1994

Concluído Substitutivo para regulamentação da TV a Cabo. Além da Associação Brasileira TV por Assinatura (ABTA) e do Fórum - através da maioria dos membros da comissão de negociação - agora a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) aderiu ao acordo e passa a defender, conjuntamente, o projeto que revolucionará a comunicação no Brasil. O Substitutivo pode ser votada na Câmara ainda na última semana de junho.

A aprovação do projeto que regulamenta a TV a Cabo no Brasil tornará irreversível a implantação do Conselho de Comunicação Social. A ABERT também alterou sua posição e assegura que não existem mais resistências à imediata instalação do Conselho.

<ICOM>Linha de 51 toques<FCOM><ME=6,MD=71>  
<MS=3,MI=62><IROD><ISU><IC>  
--- FAX\*FÓRUM ----- <FSU><NPAG><PAG><ISU> -----  
----- 01/1992 ---<FSU><FC><FROD>  
<IE><II> FAX\*FÓRUM  
FAX\*FÓRUM<FE,FI>  
<IN><IC,ISU>===== <FC,FSU><IC><FN> Ano 1, n.01, Brasília, 14/10/92<FC>  
<IN><IC,ISU>=====   
===== <FC,FSU>  
<IC,ISO>===== <IC,ISO>BOLETIM INTERNO  
DO FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO<FC,FSO><FN>

<FC><C,IN>REUNIÃO DECISIVA PARA APROVAR  
<C>COMPOSIÇÃO DO CONSELHO<IC><FN>

Entre os dias 13 e 15 de novembro, a coordenação do Fórum estará encaminhando junto ao Senado, contatos decisivos para viabilizar a imediata votação da composição do Conselho de Comunicação Social pelo Congresso. A composição do Conselho foi objeto de um acordo entre o Fórum e as entidades representativas do empresariado de comunicação, ocorrido durante o primeiro semestre deste ano. Em virtude da crise, a votação foi sendo sucessivamente adiada. O Fórum está solicitando que o Congresso acolha o resultado da negociação produzida entre os setores sociais que mais se mobilizaram. Na Câmara dos Deputados, a composição resultante da negociação foi bem aceita, mas surgiram algumas resistências no Senado. Além dos quatro representantes do segmento empresarial e dos quatro representantes do segmento profissional, o acordo previu, para as vagas destinadas à sociedade civil, a seguinte composição: OAB (Marcelo Lavenére), CNBB (Dom Ivo Lorscheider), ABI (Nilson Lage), Petrônio Correia (representando o empresariado de publicidade) e o jurista Saulo Ramos.<PC>  
debate.

Criado em junho de 1991, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação hoje reúne 32 entidades nacionais e 44 Comitês e Comissões Pró-Comitês, localizados em 20 estados do país. Trata-se de um movimento empenhado na luta por uma organização democrática dos sistemas de comunicação no Brasil e de defesa da adoção, pelos meios de comunicação de massa, de práticas comprometidas com a construção da cidadania e da nacionalidade.

O Brasil é um país com 26 milhões de leitores de revistas e não mais do que 30 milhões de leitores de jornais. Aliás, o Brasil é o país com o mais baixo índice de produção de jornais da América Latina: 28 exemplares por mil habitantes.

O Brasil também é o país no qual 84,3% dos seus 37 milhões de domicílios possuem receptores de rádio e 73,7% possuem receptores de televisão. Isto equivale a uma audiência potencial, respectivamente, de 127 milhões para rádio e de 111 milhões para televisão. É significativo que, num país tropical como o Brasil, existam mais domicílios com rádio e televisão do que com geladeira (71,1%). A televisão, de longe, é o veículo mais importante, pela capacidade de unificar audiências em todo o país, através das redes nacionais. Só a Rede Globo chega a reunir, simultaneamente, na audiência de determinados programas de televisão, mais de 72 milhões de brasileiros. A contrapartida econômica é que, em 1992, 59,3% dos US\$ 1,918 bilhões investidos em publicidade foram destinados à televisão. Cerca de 79% desse montante para a Rede Globo.

São elementos de diagnóstico da situação da comunicação no Brasil que levaram o Fórum a enfatizar "que...".

O Fórum acredita que políticas públicas de comunicação são indissociáveis de políticas de cultura para o país. Infelizmente, estas são políticas tratadas de forma dissociada em nosso país. O Estado tem se mostrado omissivo, diante desta problemática, e comprometido com os interesses dos conglomerados econômicos que dominam a comunicação de massa no país. A sociedade civil, por outro lado, não tem mostrado a necessária compreensão do papel estratégico que cabe às políticas de cultura e de comunicação na construção da democracia, da cidadania e da nacionalidade. Há um pacto de mediocridade e omissão que deve ser rompido.

Por isto, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação conclama aos participantes da Conferência Nacional de Cultura a uma atuação conjunta na formulação de políticas de comunicação e de cultura, e coloca-se à disposição dos que hoje lutam pela democratização da cultura.

No atual período o Fórum atua em quatro frentes de luta:

- a) instalação do Conselho de Comunicação Social, mantidos os termos do acordo firmado entre o Fórum e o empresariado de comunicação;
- b) regulamentação do serviço de TV a Cabo, através de lei aprovada pelo Congresso Nacional, tendo como referência o Substitutivo elaborado em conjunto entre o Fórum e a Telebrás proposto para o projeto 2.120/91, elaborado pelo próprio Fórum e apresentado pelo deputado Tilden Santiago (PT/MG);
- c) aprovação do projeto de lei 2.735/92, do deputado Zaire Resende (PMDB/MG), a Lei da Informação Democrática;
- d) reestruturação da Rede Manchete, com proposições encaminhadas em conjunto com o movimento dos funcionários da Rede Manchete.

A Coordenação do Fórum, visando o desenvolvimento de formas de cooperação de atuação conjunta, pode ser contatada através de qualquer um dos seus 17 membros, aqui relacionados.

Estamos distribuindo, em anexo, o texto das resoluções sobre Estratégia e Tática aprovadas na IV Plenária do Fórum, realizada no Rio de Janeiro, de 26 a 28/3/93; o documento enviado no último dia 14/10 aos parlamentares federais referente ao Conselho de Comunicação social e alguns artigos que examinam questões referentes às frentes de luta do Fórum. Brasília, 3 de novembro de 1993.

## <IE>ANTECEDENTES<FE>

Desde o início da década de 80 vem surgindo no Brasil movimentos pela democratização da comunicação. A primeira grande experiência iniciou em 1984, com a criação da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, que atuou até meados de 1986.

Posteriormente, o acúmulo político e teórico produzido pela experiência dessa Frente embasou a emenda popular apresentada à Constituinte e a campanha realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entre 87 e 88. Nessa campanha a FENAJ contou com o apoio do Movimento Nacional de Democratização da Comunicação (MNDC), surgido em São Paulo, neste mesmo ano.

Depois dos limitados resultados obtidos na Constituinte, a luta pela democratização da comunicação prosseguiu com iniciativas regionais. Em março de 1990, foi constituído, no Rio de Janeiro, o Comitê de Democratização dos Meios de Comunicação, com o apoio de 67 sindicatos e de entidades da sociedade civil. Em novembro do mesmo ano, por convocação do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, foi fundado o Comitê Paulista pela Democratização da Comunicação.

A luta pela democratização voltou a tomar impulso nacional com as iniciativas assumidas pelo 24o. Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado de 31 de outubro a 4 de novembro de 1990, em Florianópolis (SC). Em março de 1991, a Fenaj publicou um documento-manifesto, defendendo ser imprescindível a criação, no Brasil, de um movimento de caráter nacional, capaz de aglutinar os setores já mobilizados e ampliar o conjunto das categorias, partidos políticos e entidades preocupadas com a democratização da comunicação.

O documento da Fenaj, que passou a ser utilizado para chamar reuniões e abrir o debate com setores da sociedade civil, em diversos Estados, concluía afirmando que não pretendia <II>criar<FI> um movimento, mas defendia junto à sociedade civil a <IN>necessidade de criação<FI> deste movimento por empenho e compromisso dos setores democráticos do país.

Em maio de 91, já haviam movimentos para a criação de Comitês em 9 estados. O projeto que se esboçava era a utilização de 1991 para o desenvolvimento de um acúmulo teórico e político e uma sólida base orgânica para o movimento que só incrementaria ações públicas a partir de 92.

Três fatos, entretanto, reorientaram o projeto provocaram uma redefinição do cronograma:

- a) o governo Collor, através da Secretaria Nacional de Comunicações (SNC), do Ministério da Infra-Estrutura, acelerou as iniciativas de implantação do serviço de Cabodifusão (TV a Cabo) sem debate público e regulamentado pelo Executivo;
- b) o confronto entre a <FQ,II,IN>Folha de São Paulo<FI, FN, IQ> e o governo Collor foi decisivo para colocar na ordem do dia o debate de uma nova Lei de Imprensa, levando as entidades empresariais e também a OAB a produzir projetos;
- c) ganhou alento a tramitação na Câmara dos Deputados do projeto de regulamentação do Conselho de Comunicação Social (órgão auxiliar do Congresso Nacional, previsto na Constituição) e que já tinha projeto do Senador Pompeu de Souza aprovado no Senado, desde o final de 1990.

O movimento de entidades que começava a estruturar-se, em diversos estados, teve então que antecipar sua intervenção política.

## I PLENÁRIA

Foi neste quadro de definições que realizou-se, em Brasília, nos dias 5 e 6 de junho de 91, a primeira reunião de representantes dos Comitês, contando com a participação de sete estados (SC, RJ, SP, GO, MG, DF e MT). Os participantes decidiram então criar o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e intervir nos debates de todas estas questões.

## II PLENÁRIA



Nos dias 9 e 10 de outubro, realizou-se a II Plenária do Fórum que coincidiu com a abertura do processo de negociação da regulamentação do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso. No dia 9 o Fórum tomou a iniciativa de fazer um contato com a ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e, já na manhã do dia seguinte, no gabinete do presidente da <II>Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática<FI> da Câmara, deputado Antônio Britto, foi fechado um acordo com a ABERT e a ANJ (Associação Nacional dos Jornais).

### III PLENÁRIA

Em janeiro 1992, nos dias 11 e 12, realizou-se em São Paulo a III Plenária no Fórum, consolidando as três grandes frentes de atuação: instalação do Conselho de Comunicação Social, regulamentação da TV a Cabo e aprovação de uma lei abrangente para regular a comunicação e a informação, que viria a transformar-se no projeto da Lei da Informação Democrática.

### IV PLENÁRIA

Em março de 1993, nos dias 27 e 28, o Rio de Janeiro sediou a IV Plenária que, além de estabelecer encaminhamentos para as três grandes frentes de atuação, estabeleceu uma série de diretrizes estratégicas e táticas que deram um perfil mais nítido para o Fórum.

O Fórum hoje reúne 44 Comitês e Comissões Pró-Comitês, abrangendo 20 estados, congregando também 32 entidades nacionais. No conjunto, o Fórum reúne cerca de 500 entidades da sociedade civil.

<ICOM>NOME ARQUIVO:"#"<<FCOM><ME=4,MD=74,MS=3,MI=62,MP=3><IROD><IQ><C>-  
<NPAG><PAG> - <FQ><FROD>  
<IQ><IE><C>1991

<C>RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO  
<C>FÓRUM NACIONAL PELA  
<C>DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO<FE>

<IE,IC><C>SECRETARIA EXECUTIVA<FE,FC><FQ>

<IE>ANTECEDENTES<FE>

Desde o início da década de 80 vem surgindo no Brasil movimentos pela democratização da comunicação. A primeira grande experiência iniciou em 1984, com a criação da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, que atuou até meados de 1986.

Posteriormente, o acúmulo político e teórico produzido pela experiência dessa Frente embasou a emenda popular apresentada à Constituinte e a campanha realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entre 87 e 88. Nessa campanha a FENAJ contou com o apoio do Movimento Nacional de Democratização da Comunicação (MNDC), surgido em São Paulo, neste mesmo ano.

Depois dos limitados resultados obtidos na Constituinte, a luta pela democratização da comunicação prosseguiu com iniciativas regionais. Em março de 1990, foi constituído, no Rio de Janeiro, o Comitê de Democratização dos Meios de Comunicação, com o apoio de 67 sindicatos e de entidades da sociedade civil. Em novembro do mesmo ano, por convocação do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, foi fundado o Comitê Paulista pela Democratização da Comunicação.

A luta pela democratização voltou a tomar impulso nacional com as iniciativas assumidas pelo 24º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado de 31 de outubro a 4 de novembro de 1990, em Florianópolis (SC). Coerente com sua trajetória de lutas a FENAJ, tomou posições que podem ter a seguinte síntese: é imprescindível a criação, no Brasil, de um movimento de caráter nacional, capaz de aglutinar os setores já mobilizados e ampliar o conjunto das categorias, partidos políticos e entidades preocupadas com a democratização da comunicação.

<IE>EMBASAMENTO DA INICIATIVA<FE>

Os jornalistas expressaram o entendimento de que somente um movimento nacional e unificado - que superasse os limites das articulações regionais e assumisse iniciativas e objetivos comuns de luta - poderia gerar força política capaz de impulsionar as mudanças necessárias à Nação na área da comunicação.

Os jornalistas também expressaram o entendimento de que a atual organização dos sistemas de comunicação tem um ponto <II,IN>nevralgico<FI,FN> que é a <II,IN>radiodifusão<FI,FN> (englobando os sistemas de rádio e televisão). Por sua importância <II,IN>econômica<FI,FN> (representa dois terços de todo o mercado de comunicação), <II,IN>política<FI,FN> e <II,IN>cultural<FI,FN> (são os veículos mais disseminados, geograficamente e em universo de população) e, principalmente, por constituir um <II,IN>serviço público<FI,FN>, o rádio e a televisão devem ser objetos centrais de uma ampla política de luta pela democratização de <II,IN>todos<FI,FN> os sistemas de comunicação de massa no País.

<IE>INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO<FE>

Com base nessa abordagem foi editado, em março de 91, um documento-manifesto<ISO,IC>1<FSO,FC> que passou a ser utilizado para chamar reuniões e abrir o debate com setores da sociedade civil, em diversos Estados. A FENAJ assim levava adiante sua proposta: não pretendendo <II,IN>criar<FI,FN> um movimento, mas defendendo junto à sociedade civil a <II,IN>necessidade de criação<FI,FN> deste movimento por empenho e compromisso dos setores democráticos do país.

A avaliação que norteava essas iniciativas era de que, até 1993 (abertura do período de revisão constitucional), não haveriam alterações institucionais significativas na área da comunicação, em virtude

da inexistência de interesse dos grupos dominantes que só teriam riscos a enfrentar. Desse modo, nos anos de 91 e 92, os setores que se batem pela democratização teriam tempo para organizar o movimento, em todo o Brasil, e constituir um acúmulo teórico, político e organizativo para sustentar as disputas.

Foram então realizados eventos nas seguintes cidades: Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), Juiz de Fora (MG), Vitória (ES), Aracajú (SE), Brasília (DF) e Piracicaba (SP). E em maio de 91 estavam por ser agendados eventos previstos para outras 15 capitais<ISO,IC>2<FSO,FC>, numa demonstração da potencialidade do movimento.

#### <IE>FATOS NOVOS<FE>

O rápido e entusiasmante desenvolvimento dessa nova iniciativa de luta pela democratização da comunicação ocorreu ao longo do primeiro semestre de 1991. Foi nesse período, porém, que surgiram três fatos novos, alterando profundamente o cronograma das disputas:

- a) o governo Collor, através da Secretaria Nacional de Comunicações, acelerou as iniciativas de implantação do serviço de Cabodifusão (TV a Cabo) sem debate público e regulamentado pelo Executivo;
- b) o confronto entre a <II,IN>Folha de São Paulo<FI, FN> e o governo Collor foi decisivo para colocar na ordem do dia o debate de uma nova Lei de Imprensa, levando as entidades empresariais e também a OAB a produzir projetos;
- c) ganhou alento a tramitação na Câmara dos Deputados do projeto de regulamentação do Conselho de Comunicação Social (órgão auxiliar do Congresso Nacional, previsto na Constituição) e que já tinha projeto do Senador Pompeu de Souza aprovado no Senado, desde o final de 1990.

O surgimento desses <II,IN>frentes<FI, FN> de batalha alterou decisivamente o rumo da atuação do movimento pela democratização.

#### <IE>I REUNIÃO DO FÓRUM DE COMITÊS<FE>

Foi nesse quadro de definições que realizou-se, em Brasília, nos dias 5 e 6 de junho, a primeira reunião de representantes dos Comitês, contando com a participação de sete estados (SC, RJ, SP, GO, MG, DF e MT).

Nessa reunião declarou-se que os Comitês existentes passaram a constituir o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e atribuiu-se à comissão da FENAJ<ISO,IC>3<FSO,FC>, constituída para promover a campanha pela criação de um movimento, a tarefa de secretariar o Fórum.

A partir dessa reunião, intensificou-se o envolvimento do Fórum e de sua Secretaria Executiva com as disputas já referidas (Cabodifusão, Conselho e Lei de Imprensa), acabando por ficar de lado as tarefas de ampliação do movimento e não se realizando os eventos que estavam por ser agendados em outros quinze estados.

#### <IE>II REUNIÃO DO FÓRUM<FE>

Nos dias 9 e 10 de outubro, realizou-se nova reunião dos Comitês integrantes do Fórum, desta vez contando com a participação do RJ, SP, MG, DF, e ES.

Os três temas em disputa dominaram a II Reunião do Fórum: Cabodifusão, Conselho e Lei de Imprensa.

Alguns dos principais desdobramentos da disputa do Conselho, inclusive, ocorreram durante os dois dias de realização da reunião. Os representantes dos Comitês presentes, assim, tiveram a oportunidade de debater e formular os objetivos estratégicos e os movimentos táticos na luta pelo Conselho.

Por decisão da II Reunião do Fórum, a Secretaria Executiva passou a ter a incumbência de realizar a coordenação política e a representação pública, nos marcos das posições já aprovadas pelo Fórum, especialmente no que se refere à Cabodifusão e Conselho. Os encaminhamentos referentes à Lei de Imprensa foram atribuídos a Luiz Carlos Bernardes, presidente da FENAJ e José Carlos Rocha, do Comitê de SP.

## <IE>REALIZAÇÕES E INICIATIVAS<FE>

Em relação aos três grandes pontos de disputa de 91 (Cabodifusão, Conselho e Lei de Imprensa), as principais realizações e iniciativas vêm relacionadas, a seguir.

### <IE,IC>CABODIFUSÃO (TV A CABO)<FE,FC>

- \* Preparação de equipe para participação e intervenção na audiência pública, promovida pela SNC para debater a regulamentação do serviço de Cabodifusão (TV a Cabo), convocada pela Portaria 51 de 3/6/91 para o dia 2/7/91.
- \* Produção de documentos e articulação de denúncias, pela imprensa e no Congresso Nacional, do encaminhamento dado à implantação do Serviço de Cabodifusão pelo Executivo.
- \* Participação e intervenção organizada na referida audiência pública realizada no dia 2 de julho de 1991, defendendo-se, principalmente, que a regulamentação desse serviço seja feita pelo Congresso Nacional.
- \* Obtenção de apoio da CNBB e da OAB à reivindicação de que a regulamentação do Serviço de Cabodifusão seja atribuída ao Congresso Nacional.
- \* Após a audiência pública de 2 de julho, início de processo de interlocução junto à SNC, para troca de informações e opiniões sobre matérias de interesse do Fórum.
- \* Elaboração de documento apontando bases teóricas e políticas e objetivos estratégicos para a disputa da implantação do Serviço de Cabodifusão (aprovado, em sua redação final, pela II Reunião do Fórum)<ISO,IC>4<FSO,FC>.
- \* Articulação com setores da sociedade civil para disputa da implantação do Serviço de Cabodifusão (TV a Cabo).
- \* Elaboração de um amplo Dossiê denunciando as diversas tentativas de implantação do Serviço de Cabodifusão no Brasil, desde 1974.
- \* Principalmente em virtude das iniciativas e da oposição do Fórum, a SNC desistiu de regulamentar a matéria através de portaria e, desde setembro de 1991, passou a encaminhar a sua regulamentação por decreto presidencial.
- \* Elaboração de projeto de lei para regulamentação do Serviço de Cabodifusão, apresentado em setembro pelo deputado Tilden Santiago (PT/MG), com base nas posições aprovadas pela II Reunião do Fórum.
- \* Envio, no dia 6 de novembro de 91, de carta ao Presidente Collor solicitando acolhimento da proposta de regulamentação do Serviço de Cabodifusão pelo Congresso Nacional, assinada pelo Fórum, FENAJ e Sindicato dos Jornalistas de Brasília.
- \* Contatos junto ao Ministro Jarbas Passarinho, da Justiça, entre os dias 15 e 17 de dezembro, para informá-lo das posições do Fórum e das reivindicações de que o Serviço de Cabodifusão seja regulamentado pelo Congresso Nacional.
- \* No final de dezembro, preparação de minuta de <II,IN>Decreto Legislativo<FI, FN> (a ser baixado pelo Congresso Nacional), de <II,IN>Ação de Inconstitucionalidade Direta<FI, FN> (a ser movida junto ao STF) e de <II,IN>denúncia ao Ministério Público<FI, FN> (a ser apresentada ao Procurador Geral da República) para obstar a iniciativa de regulamentação do Serviço de Cabodifusão pelo Executivo e assegurar a sua regulamentação pelo Congresso. Essas minutas foram encaminhadas prevendo a possibilidade de baixamento do decreto durante o recesso parlamentar, que se estende até 15 de fevereiro de 92.
- \* Até o final de dezembro, apesar da SNC continuar anunciando o eminente baixamento do decreto (inclusive "estranhando" o "atraso" no seu baixamento), não houve a iniciativa do presidente Collor e a

política de "diálogo" anunciada mais uma vez pelo Palácio do Planalto, nos últimos dias do ano, fortalecia a expectativa de que a matéria não seja regulamentada por decreto. Mas a vigilância continua.

#### <IE,IC>CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL<FE,FC>

- \* Elaboração de minuta de projeto de regulamentação do Conselho de Comunicação Social.
- \* Elaboração de objetivos estratégicos e fundamentação de movimentos táticos para disputa da regulamentação do Conselho (aprovada pela II REunião do Fórum).
- \* Busca de diálogo com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) para debater a implantação do Conselho.
- \* Participação na negociação promovida pelo deputado Antônio Britto (PMDB/RS, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e da Comunicação) entre representantes do Fórum e da FENAJ com a ABERT para formular um projeto de regulamentação do Conselho. A negociação possibilitou o fechamento de um acordo para regulamentar o Conselho, através de um Substitutivo ao projeto Pompeu de Souza (aprovado no Senado) apresentado pelo deputado Antônio Britto. Dessa negociação também participou o deputado Tilden Santiago (PT/MG), sub-relator da matéria.
- \* Defesa, junto aos líderes de diversos partidos na Câmara, do projeto resultante do acordo firmado entre o Fórum e a FENAJ com a ABERT.
- \* Aprovação, pelo plenário da Câmara dos Deputados do projeto de regulamentação do Conselho resultante do acordo firmado com a ABERT.
- \* Defesa, junto aos líderes dos principais partidos no Senado, do projeto aprovado na Câmara.
- \* Defesa, junto ao relator do projeto (junto à Comissão de Constituição, Justiça e da Cidadania), da aprovação do texto aprovado na Câmara.
- \* Aprovação do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e da Cidadania.
- \* Aprovação do projeto resultante do acordo com a ABERT no plenário do Senado e envio à sanção do presidente Collor.
- \* No dia 31 de dezembro de 1991, sancionada pelo presidente Collor, sem vetos, a lei que regulamenta o Conselho.

#### <IE,IC>LEI DE IMPRENSA<FE,FC>

- \* As primeiras iniciativas foram tomadas pela presidência da FENAJ, que obteve a contribuição do jurista pernambucano José Paulo Cavalcanti, responsável pela elaboração de um projeto de Lei de Imprensa.
- \* Também o sindicato dos jornalistas de São Paulo e o Comitê pela Democratização de São Paulo começaram a se ocupar do assunto, elaborando propostas.
- \* Oposição ao projeto do Senador Josaphat Marinho (PFL/BA) e, posteriormente, ao substitutivo do Senador José Fogaça (PMDB/RS). Denúncia da falta do necessário debate para esclarecimento dos senadores.
- \* Participação na audiência pública realizada no dia 22 de outubro, pela Comissão de Constituição, Justiça e da Cidadania.
- \* Busca, pela FENAJ e pela Secretaria Executiva do Fórum, de revisão das propostas existentes e definição dos pontos básicos para a tramitação do projeto junto ao Senado.
- \* Elaboração de documento ressaltando os principais pontos que deveriam ser contemplados num Lei de Imprensa voltada para a democratização da comunicação.

- \* Defesa de 13 emendas, articuladas com diversos senadores, num esforço para enriquecer o projeto na sua fase de tramitação no Senado.
- \* Participação (Fórum e FENAJ) em duas reuniões, promovidas pelo deputado Antônio Britto, com representantes da ABERT e da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) para troca de idéias em relação ao projeto da Lei de Imprensa.
- \* Criação de um Conselho Político para fortalecer as iniciativas referentes à disputa da Lei de Imprensa.<ISO,IC>5<FSO,FC>
- \* Aprovação do substitutivo do Senador José Fogaça na Comissão de Constituição, Justiça e da Cidadania, com a inclusão de apenas duas emendas apresentadas pela FENAJ e Fórum.
- \* Defesa, junto a lideranças de diversos partidos, da não aprovação do projeto da Lei de Imprensa em 91 pelo Senado, permitindo-se a ampliação do debate e a tentativa de expressão no projeto do Senado, do processo de negociação iniciado na Câmara.
- \* Encerramento da sessão legislativa sem a aprovação do projeto pelo plenário do Senado.
- \* Elaboração de documento com definições políticas e objetivos estratégicos para a disputa da Lei de Imprensa (a ser debatido na III reunião do Fórum)
- \* Elaboração de projeto referência da Lei de Imprensa, para o Fórum, consolidando todas as nossas posições sobre os requisitos para uma Lei voltada para a democratização da comunicação (a ser debatido na III reunião do Fórum).

#### <IE>OUTRAS ATIVIDADES<FE>

#### <IE,IC>GRUPO COM-TV<FE,FC>

- \* Obtenção, junto à SNC, de vaga na Comissão Assessora para Assuntos de Televisão (COM-TV) criada pelo Secretário Nacional de Comunicações, Joel Marciano Rauber, através da Portaria 054/91, para debater assuntos como a conveniência de substituição do padrão de sinal de televisão PAL-M (adotado no Brasil) pelo NTSC (adotado nos EUA) e a política a ser adotada no Brasil para implantação da HDTV (TV de Alta Definição). Destaca-se, no COM-TV, a participação da ABERT, da Associação Brasileira da Indústria Nacional Eletro-Eletrônica (ABINEE) e das redes de televisão.
- \* Logo após o ingresso na Comissão COM-TV, participação no dia 3 de dezembro, no Rio de Janeiro, da sua terceira reunião.<ISO,IC>6<FSO,FC>

#### <IE,IC>ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM<FE,FC>

- \* Realização de 19 tele-reuniões da Secretaria Executiva.
- \* Edição de 5 boletins informativos distribuídos aos Comitês.
- \* Elaboração e distribuição aos Comitês de diversos documentos sobre a organização do movimento.
- \* Contatos junto ao IBASE-RJ, e início de atividade preparatória de instalação de conferências na rede de computadores Alternex. Já integrados à rede Alternex: RJ, SC, RS, ES.
- \* Organização, na sede da FENAJ, em Brasília, de secretaria contando com dois estagiários e livre acesso ao telefone e fax. A Secretaria Executiva do Fórum buscou apoio do Comitê/DF, mas não conseguiu estabelecer uma direção adequada sobre esses recursos humanos e materiais e esta secretaria acabou não cumprindo seus objetivos. Mas os recursos continuam disponíveis.
- \* Preparação e organização da III reunião do Fórum.

\* Na Câmara dos Deputados, impulsionada principalmente pelos deputados Tilden Santiago (PT/MG) e Nilmário Miranda (PT/MG), iniciou-se a constituição de uma Frente Parlamentar pela democratização da comunicação, cujas iniciativas chegaram a contar com a adesão de mais de 100 parlamentares de diversos partidos (PT, PSB, PDT, PCdoB, PSDB, PMDB e PFL). A Frente Parlamentar ainda é uma experiência embrionária que necessita de organicidade e que ainda deverá ser testada em questões polêmicas, mas demonstra a potencialidade de aglutinação, num Congresso que tem, por outro lado, mais de 100 parlamentares com interesses em veículos de comunicação de massa.

\* O ano de 1991 termina com o Fórum implantado 12 Estados, contando com nove Comitês (RJ, SP, SC, MG, GO, MT, DF, ES e Piracicaba/SP) e quatro Comissões Pró-Comitê (RS, MS, SE e PE), reunindo um total de 240 entidades.

#### <IE,IC>FINANÇAS<FE,FC>

Não se conseguiu viabilizar, durante 1991, uma política de finanças para o Fórum.

A viabilização dos recursos financeiros para as atividades desenvolvidas foi improvisada em função das situações surgidas. Destacaram-se as seguintes contribuições:

\* da FENAJ (infra-estrutura física, estúdios e facilidades de telecomunicações e diversas passagens pagas ou obtidas por cortesia e utilizadas para viabilizar a presença em Brasília, em diversas oportunidades, de um representante da Secretaria Executiva);

\* do Sindicato dos Jornalistas do RJ (custeio das tele-reuniões e produção de material gráfico);

\* do Sindicato dos Jornalistas de SP (produção de material gráfico e deslocamento de pessoas a Brasília, especialmente na disputa da Lei de Imprensa);

\* do Sindicato dos Jornalistas do DF (oferecimento da infra-estrutura e produção gráfica);

\* do Sindicato dos Jornalistas de SC (produção de material gráfico).

Além desses recursos, nas duas reuniões do Fórum, cada Estado providenciou seus próprios recursos para envio de pessoal.

No Congresso, o Fórum recebeu o inestimável e sempre presente apoio de Carlos Eduardo Zanatta, da assessoria da liderança do PT.

Não se conseguiu viabilizar financeiramente a profissionalização de um assessor para atuar de forma permanente junto ao Congresso e à SNC, cuja inexistência foi contornada com o deslocamento, sempre que possível, de um membro da Secretaria Executiva para Brasília, geralmente com as passagens proporcionadas pela FENAJ (custeadas ou obtidas como cortesia de empresas aéreas).

<P>

<IS><IE,IC>NOTAS<FE,FC><FS>

<ISO,IC>1<FSO,FC> FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. <II,IN>Proposta dos jornalistas à sociedade civil<FI, FN>. Florianópolis, UFSC/Departamento de Comunicação. 1991. 28p.

<ISO,IC>2<FSO,FC> Os eventos estavam previstos para Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Maceió (AL), Recife (PE), João Pessoa (PB), Natal (RN), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Manaus (AM), Boa Vista (RR), Macapá (AP), Belém (PA), Fortaleza (CE), Teresina (PI) e São Luís (MA).

<ISO,IC>3<FSO,FC> A Comissão da FENAJ, que passou a ser a Secretaria Executiva do Fórum, era integrada por Beth Costa (RJ), Sérgio Murilo (SC), Fred Ghedini (SP) e Daniel Herz (RS).

<ISO,IC>4<FSO,FC> SECRETARIA EXECUTIVA DO FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. <II,IN>Proposta de bases para a regulamentação do Serviço de Cabodifusão (TV a Cabo)<FI, FN>. Brasília, Fórum, 1991. 9p.

<ISO,IC>5<FSO,FC> Além dos quatro membros da Secretaria Executiva, esse coletivo que se convencionou chamar "Conselho Político", para assessoramento específico nos assuntos referentes à disputa da Lei de Imprensa, teve a incorporação de Luiz Carlos Bernardes (Presidente da FENAJ), Bartolomeu Rodrigues (Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília), Antônio Carlos Fon (Presidente do Sindicato dos Jornalistas de SP) e José Carlos Rocha (Comitê SP).

<ISO,IC>6<FSO,FC> Indicado pelo Secretaria Executiva, o Fórum foi representado nessa reunião por Daniel Herz.

□



<ICOM>NOME ARQUIVO:"#"<<FCOM><ME=4,MD=74,MS=3,MI=62><IROD><IQ><C>-  
<NPAG><PAG> - <FQ><FROD><EL=2><IN>  
ATÉ SETEMBRO, DEMOCRATIZAÇÃO DA  
COMUNICAÇÃO TEM INTENSA DISPUTA

A luta pela democratização da comunicação enfrentará intensas disputas até setembro próximo. A avaliação da Coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação é de que a partir de outubro, tudo tenderá a girar em torno da revisão constitucional.

O Fórum mantém três grandes frentes de luta, reunindo hoje 44 Comitês e Comissões Pró-Comitê espalhados por 20 Estados do país, além de 34 entidades nacionais, congregando mais de 500 entidades da sociedade civil.

Uma destas frentes é luta pela aprovação do projeto de lei 2735/92, a Lei da Informação Democrática (LID), apresentada pelo Deputado Zaire Rezende (PMDB) e elaborada em conjunto com o Fórum. Este projeto está tramitando na Câmara junto com um projeto de "Lei de Imprensa" já aprovado no Senado - o Substitutivo Fogaça (PMDB-RS) e seis outros projetos.

O relator da matéria é o deputado Pinheiro Landim (PMDB-CE) que está prometendo acelerar a tramitação e colocá-la em votação até setembro. Nesse contexto, o projeto da LID destaca-se por ir além de uma mera "Lei de Imprensa" e regular amplamente o direito de comunicação e informação no país. Num país em que cerca de 90% de tudo que se lê, se ouve ou se vê através dos meios de comunicação de massa é originado em conglomerados controlados por 9 famílias (Marinho, Santos, Saad, Bloch, Civita, Frias, Mesquita, Nascimento Britto, Levy) é explicável porque o projeto da LID vêm enfrentando fortes resistências.

O Deputado Pinheiro Landim, comprometeu-se a realizar pelo menos quatro audiências públicas (São Paulo, Manaus, Recife e Porto Alegre) para debater a matéria com a sociedade. A audiência de São Paulo está marcada para o dia 6 de agosto, as demais, dependem de confirmação. O Fórum quer transformar essas audiências em significativos acontecimentos políticos com expressivas mobilizações nas regiões. Enquanto isso, prossegue a campanha nacional de coleta de assinaturas em apoio à LID.

Outra frente de luta é pela aprovação do Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição como um órgão auxiliar do Congresso. O Conselho foi regulamentado através da Lei 8.385 de 30 de dezembro de 1991 e resultou de um inédito acordo do Fórum com o empresariado de comunicação. Através do Conselho será criado o primeiro espaço institucional para debater sistematicamente as questões da comunicação no país. A lei que o criou o Conselho foi generosa e concebe o Conselho como algo maior do que um simples "apêndice" do Congresso: na verdade, criou-se um órgão "da sociedade" voltado para a interlocução com o Congresso.

Depois da aprovação da regulamentação do Conselho, o acordo entre o Fórum e o empresariado de comunicação foi estendido à sua composição. Além de representantes de entidades profissionais e empresariais que estão designados na lei, o acordo, firmado no início de 1992, previu a inclusão de entidades como a ABI, a OAB e a CNBB. A CNBB, aliás, na última conferência de Itaipu, reivindicou a imediata instalação do Conselho. Desde o início do ano, entretanto, a composição e a instalação do Conselho vêm enfrentando resistências, especialmente do Senado, que agora parece temer o espaço aberto para a sociedade.

Finalmente, a terceira grande frente de luta do Fórum é a regulamentação da Cabodifusão ou TV a Cabo. Depois de quase duas décadas de tentativas de implantação da Cabodifusão através de verdadeiras negociações, o Ministério das Comunicações resolveu "jogar a toalha" e participar de um processo de negociação que hoje envolve o Executivo, o legislativo, o empresariado de comunicação e o Fórum. A Cabodifusão encarna não só o futuro da comunicação de massa como também das telecomunicações. Essa disputa, por isso, é duríssima e o momento é crítico. Atualmente, 97 sistemas de cabo estão sendo instalados criando uma situação "de fato" que procura se antecipar à regulamentação.

□

<ICOM>NOME ARQUIVO:"#"<<FCOM><ME=4,MD=74,MS=3,MI=62><IROD><IQ><C>-  
<NPAG><PAG> - <FQ><FROD><ALC><IE>LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA  
COMUNICAÇÃO COM NOVOS RUMOS<FE>  
<ME=8,MD=70><IN>

Oposicionismo cede lugar à disputa estratégica, à diplomacia, à negociação e à busca de consenso em torno de um tema explosivo e vital para a construção da democracia e da cidadania no país.<FN>  
<ALM,ME=4,MD=74>

<ME=14,MD=64><ALC><IC>Trabalho apresentado por Daniel Herz no GT <II>Políticas de Comunicação no Brasil<FI> da Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), no seu XV Congresso, 14 a 17/10/92, em São Bernardo do Campo - SP.<FC>  
<ME=4,MD=74,ALM>

<IMC=2><IC><EC=4>No dia 12 de setembro de 1992, na sede do jornal <II>O Globo<FI>, no Rio de Janeiro, Luís Inácio Lula da Silva, o candidato a presidência derrotado no segundo turno das eleições de 1989, manteve um histórico encontro com o empresário Roberto Marinho, aquele que foi, individualmente, o maior responsável por sua derrota. O encontro foi cordial e Marinho, que tomou a iniciativa de convidar Lula, admitiu algo aterrorizante, que há muito vinha sendo denunciado e só foi recebido com naturalidade num país com uma sociedade atordoada com as recentes revelações de tantas atrocidades e aberrações do governo Collor: a <II>Rede Globo<FI> foi mesmo usada sistematicamente a serviço da eleição de Collor.

Mais do que admitir o apoio a Collor, Marinho assumiu a parthenidade da sua existência pública nacional. "Quer saber de uma coisa, Lula? O Collor só existe na vida da República por sua causa", disse o dono da quarta maior rede privada de televisão do mundo, "ameaçado por você e pelo Brizola, este, raivoso, fazendo as maiores ameaças, pensei no destino dos sobreviventes do meu país e nas famílias dos meus companheiros do <II>Globo<FI> e da <II>TV Globo<FI> e resolvi enfrentar as feras" <ISO,IT=#,FSO>. Foi assim que, para se assegurar a preservação da <II>Globo<FI>, o Brasil foi ludibriado com a impostura de Collor de Mello<ISO,IT=#,FSO>.

As palavras de Roberto Marinho não esclareceram tudo o que foi tramado e praticado pela Rede Globo, mas certamente foi muito além da célebre e reconhecida manipulação da edição do debate final Collor/Lula, no <II>Jornal Nacional<FI>, na véspera da eleição. Essa revelação aumenta a importância de vários trabalhos, produzidos em diversas Universidades do país, que demonstram a mobilização de novelas (<II,IN>Vale Tudo<FI,FN>, <II,IN>Salvador da Pátria<FI,FN> e <II,IN>Que Rei Sou Eu?<FI,FN>) para a criação de um clima psicossocial favorável à produção da imagem e do <II,IN>marketing<FI,FN> do "Caçador de Marajás" <ISO,IT=#,FSO>.

Essas revelações também devem tornar objeto de interesse de pesquisadores e da sociedade a veiculação da série <II,IN>Anos Rebeldes<FI,FN>, produzida às pressas pela Rede Globo e que teve, sem nenhuma dúvida, decisivo papel para ativação da juventude. Com seu imaginário sacudido, a juventude passou a encarnar uma reedição do movimento estudantil que não tinha nenhuma base de retomada. Isto é, através da introdução de um impulso psicossocial, um elemento puramente artificial, a <II,IN>Rede Globo<FI,FN> reergueu a mobilização estudantil depois de mais de uma década de completa estagnação e, através dos estudantes nas ruas, impulsionou um desfecho para a crise.

Com a série <II>Anos Rebeldes<FI>, além de defrontar a juventude com seu país - depois de mais de uma década de estagnação do movimento estudantil - colocou-se as Forças Armadas na defensiva e abortou-se qualquer justificativa para uma solução vinda dos quartéis. A radicalização de conteúdo de um movimento formalmente "<II>light<FI>" e marcado pela alegria da juventude, embora profundamente civil, desnorteou as principais lideranças políticas. Dissimulando a surpresa mais ou menos, de alguma forma, todos se viram a reboque deste movimento que se constituiu com uma aparência de espontaneidade. Toda a riqueza e amplitude da monobra realizada pela <II>Globo<FI> demonstrou, por outro lado, a potencialidade conscientizadora e constituinte da cidadania que pode ser cumprida pela televisão, independente dos fins particulares que podem ter motivado tal orientação.

#### BASE DE ACORDO

As preocupações do empresário Roberto Marinho com o seu "negócio", referidas no seu encontro com Lula, ainda que sejam sinceras, assentam-se sobre bases falsas. Afinal, não consta que Brizola, e

tampouco Lula, assumissem posturas revolucionárias e de quebra da institucionalidade. A própria Constituição estabelece formidáveis garantias para os radiodifusores - e, afinal, foram plantadas por eles próprios: só a Justiça pode cassar uma concessão ou permissão. Mesmo um Presidente da República, não poderia simplesmente <II>destruir<FI> a <II>Globo<FI>. E nem é o caso de se trabalhar com a perspectiva de <II>destruição<FI> da <II>Globo<FI>.

O temor de Roberto Marinho parece ser mais elementar. É o temor de que um governo independente e comprometido com o interesse público produzisse uma investigação, em bases legais, revelando o que realmente é a <II>Rede Globo<FI>. Roberto Marinho, ousadamente, antecipou-se à pergunta que o país acabaria se fazendo: "afinal, quem elegeu Collor?". E, antecipadamente, fez um certo pedido de desculpas que acompanhou a decidida entrada em cena para depor Collor.

No final do encontro com Lula, Roberto Marinho foi auspicioso: "Sua vinda foi profícua para nós, para o PT e para o país" <ISO,IT=#,FSO>. Não é fácil interpretar que promessas trazem essas palavras. A <II,IN>Globo<FI,FN> mostra estar, de fato, vivendo um novo momento, embora reiterando uma velha atitude estratégica: manobrando em linhas interiores para impedir a constituição de uma frente indesejável. Isto é, agindo para evitar que se estabeleça uma grande aliança <II,IN>anti-Globo<FI,FN>.

Antes de virar um "Judas entregue à malhação", a <II,IN>Globo<FI,FN> parece admitir que este é o momento de fazer concessões à esquerda, para estabelecer flancos nos seus opositores. Trata-se de fazer concessões parciais e conjunturais, a setores localizados, visando impedir a unificação de uma frente <II,IN>anti-Globo<FI,FN> e fazendo esses setores acreditar que, isoladamente, tenham mais a perder se unindo do que compondo, de alguma forma, com a <II,IN>Globo<FI,FN>. Até porque os setores que poderiam integrar uma frente <II,IN>anti-Globo<FI,FN> têm muitas diferenças e certamente teriam dificuldade em estabelecer um acordo sobre o que seria um sucedâneo para a <II,IN>Globo<FI,FN>, se é que existe. Trata-se, portanto, de um movimento seguro e limitado da <II,IN>Rede Globo<FI,FN>. Mas nem por isso menos importante, na luta por avanços democráticos para o país.

Os setores que têm percepção crítica sobre o grave problema da comunicação de massa no Brasil e o papel estratégico da <II,IN>Rede Globo<FI,FN>, por isso, não podem se furtar a uma atuação conjunta, se quiserem favorecer a construção da democracia, da pluralidade e da cidadania no país. Trata-se de encontrar meios para enfrentar a usurpação praticada pelos sistemas de comunicação de massa, em especial pela <II,IN>Rede Globo<FI,FN>. Estes não podem negociar isoladamente, em troca de facilidades quaisquer, mas devem buscar o estabelecimento de concessões reais, que reduzam a capacidade de intervenção política da <II,IN>Rede Globo<FI,FN> e que possibilitem o estabelecimento de formas de controle público sobre seus conteúdos.

Roberto Marinho deseja garantias para a existência da <II>Globo<FI> como empresa privada comercial? Pois que tenha essas garantias. Mas, em troca, a <II>Globo<FI> deverá ser desmontada como <II>partido político<FI>. Cremos que esta é uma troca justa, para a sociedade e para o país. A persistência da <II>Globo<FI> como empreendimento que se sustenta por sua competência, em troca de instrumentos para o estabelecimento de uma ascendência pública, alguma forma de controle público sobre o seu conteúdo, de modo a que, nunca mais, a <II>Globo<FI> venha a atuar, aliás como ocorre desde a sua fundação, como o maior partido político desse país, com projeto próprio, com sua própria política externa, discriminando amigos e inimigos, e com idéias que se impõem ao conjunto do país, através de um serviço público.

## CONTROLE PÚBLICO

A gigantesca máquina de poder da comunicação há muito vem sendo denunciada. Desde a década de 80, diversos movimentos de luta pela democratização, surgiram e desapareceram. No final de 90, entretanto, surge o movimento que vem revelando mais fôlego: o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que hoje reúne 15 comitês regionais em 14 Estados e é integrado por mais de 300 entidades da sociedade civil.

A novidade do Fórum além das suas dimensões - ainda modestas diante da tarefa a que se propõe - está na superação do oposicionismo e da linguagem da impotência que até então marcavam as posições da esquerda. Nessa abordagem do Fórum, ressalta-se que não podemos nos conformar com a espera do momento de uma suposta conquista do Estado e muito menos com a expectativa de produzir uma

<II,IN>Globo<FI, FN> com "sinal contrário", com a virtual substituição do "mal" pelo "bem". O Fórum reivindica uma democratização da comunicação baseada no estabelecimento de novas relações políticas em torno dos sistemas de comunicação de massa.

A idéia chave é a de <II,IN>controle público<FI, FN>, aqui entendida como algo distinto de um poder estatal, burocrático, normativo, censório ou restritivo. Por <II,IN>controle público<FI, FN> entende-se a criação de relações e instituições que, em última instância, resultem numa incidência do público sobre o privado. As instituições voltadas para o <II,IN>controle público<FI, FN> constituiriam espaços apropriados para uma permanente pactuação e repactuação, um "fórum mediador" estabelecendo relações entre os setores organizados e representativos da sociedade, os empresários da comunicação e o Executivo, produzindo diretivas que incidam sobre os meios de comunicação de massa.

A justificativa para essa incidência do público sobre o privado vai muito além do caráter escasso das frequências e canais que, universalmente, são sujeitos a políticas públicas. Essa abordagem ressalta preocupações com o papel dos meios de comunicação na determinação da cultura. Encara a "artificialidade" das relações culturais como algo que deve ser produzido, apropriado e controlado pela própria sociedade, como um gesto de consciência e não como resultante da espontaneidade das relações de mercado. Não há justificativa para que qualquer setor social, mesmo majoritário, nem o Estado, possa controlar exclusivamente meios com tamanha capacidade de determinação da cultura.

A idéia de democratização, sob este enfoque, passa a ser encarada como processo: nenhuma conquista é pequena demais para ser desprezada e nenhuma vitória poderá ter a dimensão de resultado final. Os programas fechados e finalistas são substituídos por uma conduta orientada por objetivos estratégicos. Assim fundamentado, o Fórum preocupa-se, imediatamente, menos com a socialização da propriedade e mais com o controle do conteúdo da programação. E não apenas porque, conjunturalmente, a correlação de forças é desfavorável, mas por princípio político e finalidade estratégica, como engendramento de uma eticidade, de conduta que é meio, mas também é fim, no sentido da afirmação da pluralidade.

Em menos de dois anos de existência, o Fórum conseguiu uma expressiva vitória e terá chances de testar esse projeto. Como resultado de negociações diretas com a <II,IN>Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão<FI, FN> - <II,IN>ABERT<FI, FN>, controlada pela <II,IN>Globo<FI, FN> e pela <II,IN>RBS<FI, FN>, foi criado o <II,IN>Conselho de Comunicação Social<FI, FN>, previsto na Constituição como órgão auxiliar do Congresso Nacional<ISO, IT=#, FSO>. Integrado por representantes da sociedade civil e dos setores empresariais e profissionais da área da Comunicação<ISO, IT=#, FSO>, o <II,IN>Conselho<FI, FN> surge como o primeiro espaço institucional para debate da comunicação, no Brasil, superando a relação direta e exclusiva entre o Executivo e o empresariado, e criando uma instituição que pode se voltar para o equacionamento dos conflitos e busca de consenso.

#### <FC><C>NOTAS<IC>

<ISO, IT=1, FSO> LULA E ROBERTO MARINHO DEBATEM A CRISE. <II>O Globo<FI>. Rio de Janeiro, 12 set.92, p.8.

<ISO, IT=#, FSO> Marinho não fez segredo do grau de articulação mantido com Collor: "Tive 22 reuniões com o Collor antes de lançá-lo candidato e decidi lançá-lo mesmo contra você, Lula, e o Brizola, porque representavam uma ameaça à Globo e a tudo que represento". In: LULA DISCUTE CRISE COM ROBERTO MARINHO. <II>Folha de São Paulo<FI>. São Paulo, 12 set.92, p.1-9.

<ISO, IT=#, FSO> Destacam-se: LIMA, Venício Artur de. <II>Televisão e política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989<FI>. In: <II>Comunicação & Política<FI>, v.9, n.11, abr./jun., 1990, p.29-54.; e WEBER, Maria Helena. <II>Pedagogias de despolitização e desqualificação da política brasileira: as telenovelas da Globo nas eleições presidenciais de 1989<FI>. In: <II>Comunicação & Política<FI>, v.9, n.11, abr./jun., 1990, p.67-83.

<ISO, IT=#, FSO>LULA E ROBERTO..., op.cit. p.8.

<ISO, IT=#, FSO> O Conselho de Comunicação Social foi criado pela Lei 8.389 de 30/12/91.

<ISO, IT=#, FSO> A lei que criou o Conselho prevê, entre os seus 13 membros, oito representantes dos seguintes setores, assim designados: empresários de rádio, empresários de televisão, editores de jornais e revistas, engenheiros de telecomunicações, jornalistas, radialistas, artistas, profissionais de cinema e vídeo. Os demais membros são escolhidos entre representantes de entidades da sociedade civil. Em acordo firmado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e representantes do empresariado, prevendo a composição das vagas abertas para a sociedade civil, foram feitas as seguintes

indicações: OAB (Marcelo Lavenère), CNBB (Dom Ivo Lorscheider), ABI (Nilson Lage), Petróneo Correia (representando o empresariado de publicidade) e o jurista Saulo Ramos. Até a data de fechamento deste artigo, a composição do Conselho ainda não havia sido votada pelo Congresso Nacional.

□

<IN><ICOM>NOME ARQUIVO:"#"<FCOM><ME=4,MD=74,MS=3,MI=62><IROD><IQ><C>-  
<NPAG><PAG> - <FQ><FROD>FÓRUM PELA DEMOCRATIZAÇÃO  
DA COMUNICAÇÃO QUER  
SACUDIR SOCIEDADE CIVIL  
<EL=2>

Semanalmente, em horário nobre, uma instituição representativa da sociedade civil vai apresentar um programa de uma hora em rede nacional de televisão, cumprindo uma função de <II>ombudsman<FI> da televisão brasileira com análise e crítica política e estética da programação de todas as redes de TV. Será um programa de alta qualidade técnica, estruturado para disputar audiência, incluindo desde segmentos lúdicos, como a apresentação de "gafes" e erros cometidos pelas emissoras na semana, até críticas à programação que apela gratuitamente para a pornografia, violência e cenas mórbidas e mesmo para o recuo cultural representado pela exibição dos "dramalhões mexicanos". O programa também fará denúncia de práticas de concorrência desleal e predatória entre as emissoras e de manipulações que forem flagradas. Outro objetivo do programa é esmiuçar para o público a linguagem da televisão, seus recursos, artifícios e suposta "naturalidade", procurando estabelecer parâmetros para avaliação da qualidade da programação, buscando dotar o público de senso crítico, propor referenciais para os profissionais e produtores, e imbuir a sociedade de compromisso com a cultura que é produzida no seu próprio seio.

Não se surpreenda. Por enquanto, este programa ainda é apenas uma das propostas do Fórum Nacional pela Democratização que foram incluída num amplo projeto para superar a crise da Rede Manchete e transformá-la numa "TV da Cidadania". A instituição que teria a incumbência de produzir este programa, uma Fundação sem fins lucrativos, seria integralmente voltada para atuar como um <II>ombudsman<FI> da televisão brasileira, realizando estudos especializados, recolhendo documentação e material veiculado diariamente pelas redes, analisando e opinando as suas programações.

Esta proposta tem como um dos seus objetivos a superação das dificuldades da sociedade civil para compreender o papel estratégico da comunicação na construção da democracia e da cidadania e para se posicionar sobre os graves problemas da televisão brasileira. Reunindo hoje 44 Comitês e Comissões Pró-Comitê em 20 Estados e 36 entidades nacionais, o Fórum está amadurecendo novas perspectivas de luta pela democratização.

Marcam essa nova fase da luta a recusa de fórmulas mágicas e salvacionistas, a superação de perspectivas meramente oposicionistas e a compreensão de que a luta pela democratização é uma tarefa permanente e não um esforço com um final previsível. Transformar os atuais "telespectadores/consumidores" em cidadãos diante dos meios de comunicação é uma tarefa que vem impulsionando o Fórum em diversas frentes de luta.

## CONTROLE PÚBLICO

A gigantesca máquina de poder da comunicação há muito vem sendo denunciada. Desde a década de 80, diversos movimentos de luta pela democratização, surgiram e desapareceram. No final de 90, entretanto, surgiu o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que vem demonstrando fôlego invulgar. No conjunto, integram o Fórum mais de 500 entidades da sociedade civil.

A novidade do Fórum, além das suas dimensões expressivas - embora ainda modestas diante da tarefa a que se propõe - está na superação do oposicionismo e da linguagem da impotência que até então marcavam as posições da esquerda. Na abordagem do Fórum não há a espera do momento de uma suposta "conquista do Estado", nem a expectativa simplória de se produzir uma <II>Globo<FI> com "sinal contrário", com a virtual substituição do "mal" pelo "bem". O Fórum reivindica uma democratização da comunicação baseada no estabelecimento de novas relações políticas em torno dos sistemas de comunicação de massa.

Uma das idéias chave é a de <II>controle público<FI>, entendido como algo distinto de um poder estatal, burocrático, normativo, censório ou restritivo. Por <II>controle público<FI> entende-se a criação de relações e instituições que, em última instância, resultam em possibilidades de incidência do público sobre o privado.

Concebe-se, desse modo, inúmeras práticas e instituições que realizam esse conceito de <II>controle público<FI>. As instituições voltadas para o <II>controle público<FI>, por exemplo, constituiriam espaços apropriados para uma permanente pactuação e repactuação, um "fórum mediador" estabelecendo

relações entre os setores organizados e representativos da sociedade, os empresários da comunicação e o Executivo, produzindo diretivas que incidam sobre os meios de comunicação de massa.

Essa justificativa para essa incidência do público sobre o privado não se limitaria, por exemplo, a partilhar das decisões sobre a distribuição das frequências e canais de rádio e televisão. Entende-se que a principal disputa se dá na atribuição de um papel para os meios de comunicação na determinação da cultura. Encara-se a "artificialidade" das relações culturais como algo que deve ser produzido, apropriado e controlado pela própria sociedade, como um gesto de consciência e não como resultante da espontaneidade das relações de mercado.

Uma sociedade que não controla os meios de produção da sua própria cultura, não consegue escolher um destino e não está apta a produzir projetos para o país. Assim, não há justificativa para que qualquer setor social, mesmo majoritário, nem o Estado, possa controlar exclusivamente meios com tamanha capacidade de determinação da cultura. Independentemente da operação ser privada ou pública, são necessários meios para assegurar o exercício do pluralismo.

A idéia de democratização, sob este enfoque, passa a ser encarada como processo: nenhuma conquista é pequena demais para ser desprezada e nenhuma vitória poderá ter a dimensão de resultado final. Os programas fechados e finalistas são substituídos por uma conduta orientada por objetivos estratégicos. Assim fundamentado, o Fórum preocupa-se, imediatamente, não apenas com formas de socialização da propriedade, mas principalmente com meios de <II>controle público<FI> sobre o conteúdo da programação. E não apenas porque, conjunturalmente, a correlação de forças é desfavorável, mas por princípio político e finalidade estratégica. Pretende-se assim o engendramento de uma eticidade, de uma conduta que é meio, mas também é fim, no sentido da afirmação da pluralidade.

#### CONSELHO DE COMUNICAÇÃO

Em menos de dois anos de existência, o Fórum conseguiu uma expressiva vitória e está tendo chance de testar seu projeto. Como resultado de negociações diretas com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT, foi criado o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Integrado por representantes da sociedade civil e dos setores empresariais e profissionais da área da comunicação, o Conselho surge como o primeiro espaço institucional para o debate da comunicação no Brasil, superando a relação direta e exclusiva entre o Executivo e o empresariado, e criando uma instituição que pode se voltar para o equacionamento dos conflitos, busca de consenso e superação do atraso da sociedade civil sobre as questões da comunicação.

O acordo em torno da criação do Conselho, posteriormente, foi reeditado para estabelecer sua composição, cuja proposta foi levada ao Congresso em abril de 1992. O mesmo Congresso que, generosamente, acolheu um acordo firmado na sociedade, rejeitou o acordo em torno da composição e passou a descumprir a lei já aprovada. A instalação do Conselho foi sucessivamente adiada, situação que se prolonga até agosto de 1993. Na data da redação deste artigo o Fórum prepara uma ação para ingressar no Supremo Tribunal Federal contra a presidência do Congresso, exigindo a imediata votação da composição do Conselho.

#### LEI DA INFORMAÇÃO DEMOCRÁTICA

Outra frente de luta do Fórum é a aprovação do projeto de lei 2735/92, a Lei da Informação Democrática (LID), apresentada pelo Deputado Zaire Rezende (PMDB-MG) e elaborada em conjunto com o Fórum. Este projeto está tramitando na Câmara junto com um projeto de "Lei de Imprensa" já aprovado no Senado - o Substitutivo Fogaça (PMDB-RS) - e doze outros projetos. A LID distingue-se dos demais pela sua abrangência, indo muito além de uma mera regulamentação das práticas jornalísticas e buscando soluções para alguns dos principais problemas da comunicação no Brasil, como a definição de monopólio e oligopólio, a necessidade de regionalização da produção e o estímulo à produção independente, entre outros.

O relator da matéria é o deputado Pinheiro Landim (PMDB-CE) que está prometendo acelerar a tramitação da matéria e deve colocar seu relatório em votação até meados de setembro. Num país em que cerca de 90% de tudo que se lê, se ouve ou se vê através dos meios de comunicação de massa é originado em conglomerados controlados por 9 famílias (Marinho, Santos, Saad, Bloch, Civita, Frias, Mesquita, Nascimento Britto, Levy) é explicável porque o projeto da LID vêm enfrentando fortes

resistências. O deputado Pinheiro Landim, diante da magnitude do tema, está realizando audiências públicas em diversas capitais, o que já ocorreu em Pernambuco, Fortaleza e Porto Alegre. Outras audiências estão previstas, pelo menos, para São Paulo e Manaus. Enquanto isso, prossegue uma campanha nacional de coleta de assinaturas em apoio à LID, movida pelo Fórum desde o início de 1992.

Finalmente, a terceira grande frente de luta do Fórum é a regulamentação da TV a Cabo. Depois de quase duas décadas de tentativas de implantação desta tecnologia através de verdadeiras negociações - bloqueadas por iniciativas da sociedade civil - o Ministério das Comunicações resolveu "jogar a toalha" e participar de um processo de negociação que hoje envolve o Executivo, o legislativo, o empresariado de comunicação e o Fórum. A disposição para o diálogo, entretanto, não exclui uma disputa duríssima. Há uma corrida contra o tempo. Atualmente, 106 sistemas de cabo estão sendo instalados, em todo o Brasil, criando uma situação "de fato" que procura se antecipar à regulamentação. O Fórum, por sua vez, já conseguiu apoio da Telebrás para sua proposta e também busca adesão do empresariado.

A proposta do Fórum aponta, simultaneamente, para uma revolução na comunicação e nas telecomunicações. É que as tecnologias de telefonia e TV a Cabo, até o final da década de 80, eram distintas. Com o advento da informatização das redes, digitalização dos sinais e substituição dos cabos metálicos por cabos de fibra ótica, é possível integrar todos os serviços (telefonia, dados, sinais de TV, etc.) numa mesma rede. A idéia, para o Brasil, é não implantar uma rede especializada para sinais de TV, mas utilizar a demanda por este serviço para financiar a transformação das atuais redes de telecomunicações. O Fórum, por isso, propõe: Rede Pública, Rede Única e Participação da Sociedade, para tornar o serviço efetivamente público. A vantagem da rede ser pública é a amplitude e a velocidade da sua universalização e a completa democratização do seu acesso. Quem quiser usar, basta "alugar" os canais que necessitar. Em setembro, a discussão do projeto entra em fase final no Congresso.

<EL=1>

Daniel Herz

<IC>

Daniel Herz é Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas, Coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e autor do livro <II>A História Secreta da Rede Globo<FI><FC>□



## PLANO DE AÇÃO

### III. CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 1. PERFIL DE ATUAÇÃO DO CONSELHO

O <II>Fórum<FI> entende que o Conselho é um elemento vital na sua política de luta pela democratização da comunicação, inaugurando as novas relações que pretendemos estabelecer na sociedade em torno da comunicação de massa no Brasil, atuando de modo a:

- a) pautar questões e agendas no interior da sociedade em relação à comunicação de massa;
- b) acompanhar e opinar sobre as ações do Congresso e mesmo do Executivo em relação à comunicação, visando a instituição de um verdadeira <II>lógica do Público<FI>, em substituição ao <II>patrimonialismo<FI>, ao <II>corporativismo<FI> e ao <II>cartorialismo<FI>;
- c) debater a qualidade estética e o conteúdo da produção cultural dos meios de comunicação de massa, procurando estimular o senso crítico do público e levando ao empresariado de comunicação as demandas dos setores organizados da sociedade civil;
- d) habilitando a sociedade civil para o debate da comunicação e sendo o elo de ligação entre o movimento de massa e a institucionalidade;
- e) enunciando bases para a formulação de políticas públicas;
- f) equacionando e mediando conflitos entre a sociedade, o empresariado e o Executivo, na assessoria ao Legislativo.

#### 2. DEBATE DO PAPEL DO CONSELHO

O <II>Fórum<FI> desenvolverá uma ampla campanha com o objetivo de propagandear o Conselho, sua importância, suas funções, sua composição, etc. Ao mesmo tempo, o <II>Fórum<FI> e as entidades que o integram retomarão a pressão sobre o Congresso Nacional visando a aprovação imediata da composição do Conselho, com base no acordo negociado na Câmara e com o empresariado de comunicação. A campanha desenvolvida pelo <II>Fórum<FI> se adaptará à evolução dos acontecimentos:

- a) se o Conselho foi implantado da forma reivindicada, a campanha inflexionará para um <II>esclarecimento<FI> da sociedade sobre o sentido que pretendemos atribuir ao Conselho;
- b) se o Conselho continuar sendo adiado, a campanha acentuará a denúncia para as possibilidades do Conselho que estão sendo barradas e as consequências que advirão da sua "derrubada", bem como a denúncia dos setores que o estão obstaculizando;
- c) finalmente, se o Conselho for "derrubado", a campanha fará uma contundente denúncia dos responsáveis e das oportunidades desperdiçadas para avanço da luta pela democratização da comunicação.

□

# Fenaj pede anulação de decretos sem parecer do Conselho de Comunicação

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), representando o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação apresentou, na tarde de hoje, uma representação junto à Procuradoria Geral da República, solicitando ação judicial para declarar a nulidade do decreto 1.718, que regulamenta a Lei da TV a Cabo, e do decreto 1.719, que regulamenta as outorgas de serviços de telecomunicações. A anulação destes decretos está sendo solicitada em virtude do descumprimento da Lei 8.977, a Lei da TV a Cabo. Esta Lei determina que o Poder Executivo ouça o parecer do Conselho de Comunicação Social, antes de baixar qualquer ato sobre TV a Cabo.

Os dois decretos entraram em vigência no dia de ontem e foram assinados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na última segunda-feira, em cerimônia organizada pelo Palácio do Planalto.

Além do pedido de anulação dos decretos, a representação da FENAJ aponta pelo menos três graves ilegalidades contidas no regulamento da Lei da TV a Cabo. A sistemática de leilão nas concorrências para disputa das concessões está sendo denunciada como "uma verdadeira institucionalização do abuso do poder econômico". O regulamento possibilita que a pior proposta habilitada - a que recebeu menos pontos na fase de classificação - pode ser contemplada com a concessão desde que ofereça o maior valor pela concessão.

Outra ilegalidade apontada no regulamento da Lei da TV a Cabo é a descaracterização dos conceitos de rede estabelecidos pela lei 8.977. Esta lei estabelece uma série de procedimentos a serem adotados pelas operadoras de TV a Cabo e pelas concessionárias de telecomunicação, com a finalidade de racionalizar os investimentos e o aproveitamento de infra-estrutura. O decreto 1.718, ao contrário, libera os operadores de TV a Cabo e as concessionárias de telecomunicações destas exigências. A FENAJ considera que o país perde com isso, pois permite que concessionárias de telecomunicações façam investimentos sem prioridade social que poderiam ser feitos pela iniciativa privada e, por outro lado, autoriza empresas privadas a fazer investimentos para uso exclusivo, quando estes poderiam gerar infra-estrutura possível de ser utilizada para serviços públicos de telecomunicações.

Uma terceira denúncia é contra um dispositivo do decreto 1.718, que possibilitará às operadoras de TV a Cabo inviabilizar a distribuição de diversos canais gratuitos, de acesso público, que foram reservados para programas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da Assembléia Legislativa. Este canais permitiriam aos cidadãos acompanhar e fiscalizar o desempenho destes poderes. O dispositivo denunciado também cria entraves que podem inviabilizar a parcela do canal-educativo cultural que será programado pelos governos federal e estadual.

Além do regulamento da Lei da TV a Cabo, a representação apresentada pela FENAJ também atinge o decreto de outorgas de serviços de telecomunicações que, por tratar de TV a Cabo, por exigência da Lei 8.977, também só poderia ser baixado após ser ouvido o parecer do Conselho de Comunicação Social. A FENAJ avalia que esta imprudência do governo, além de retardar avanços para o exercício do direito de expressão, pode atrasar o desenvolvimento do mercado de TV a Cabo e de Telecomunicações, em especial da banda B da telefonia celular que pode chegar, nos próximos dois anos, a US\$ 6 bilhões de dólares.

A fonte originadora do impasse é a não instalação do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, previsto na Constituição e instituído pela lei 8.389, sancionada em 30 de dezembro de 1991. Esta lei determinava que o Congresso instalasse o Conselho até o final de março de

1992. Enfrentando resistências do Executivo e de setores do empresariado de comunicação, o Conselho teve sua implantação sucessivamente adiada.

Na última segunda-feira as principais entidades empresariais do país (ABERT, ABTA e ANJ), em conjunto com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e a FENAJ, divulgaram nota pública pedindo a instalação do Conselho. O presidente do Congresso, senador José Sarney, vem prometendo uma solução para o caso desde agosto deste ano, mas continua postergando a instalação do Conselho. Para encaminhar a votação dos membros do Conselho e proceder a sua instalação, basta uma deliberação da mesa do Congresso, que o senador Sarney insiste em não convocar. Enquanto isso, a não instalação do Conselho, além de expor publicamente o Congresso violando a Constituição e duas leis - a lei 8.389 e a lei 8.977 - prossegue gerando instabilidade e insegurança nos mercados de comunicação e telecomunicações.

*Brasília, 30 de novembro de 1995*

**Caso o seu veículo necessite a íntegra da representação apresentada pela FENAJ, o texto (25 páginas) pode ser solicitado através do fone 061-244.0531, que o mesmo será enviado por fax.**

**Caso haja necessidade de ampliar as informações sobre o assunto, podem ser procurados os signatários da representação: Américo Antunes ( presidente da FENAJ, fone 031-225.9751) e Daniel Herz (diretor de relações institucionais da FENAJ e Coordenador Geral do Fórum, fones 051-343.0484 e 051-987.4674)**

### **Deliberação 95/14 de 14/8/95**

Assunto: *Encaminhamentos na disputa do Conselho de Comunicação Social*

A solicitação de manifestações das entidades integrantes do Fórum ao Senador José Sarney, em apoio à votação da composição e instalação do Conselho de Comunicação Social, objeto da *Deliberação 95/7 de 7/8/95*, será encaminhada juntamente com o envio das Deliberações da VI Plenária, que se encontra atrasada. Este atraso possibilitará a conclusão das sondagens junto ao Congresso Nacional que começarão a alcançar seus objetivos apenas durante esta semana. Neste quadro, a Executiva toma as seguintes decisões:

1. tão logo sejam conhecidos os resultados das sondagens desenvolvidas, o Fórum deverá encaminhar, se possível junto com o empresariado de comunicação, uma consulta formal e direta ao senador José Sarney, procurando uma resposta objetiva;
2. em virtude do prolongamento desta situação ser insuportável, a Coordenação Executiva fixa como o último dia do mês de agosto como prazo final e improrrogável, para a entrada de uma ação pedindo o embargo do prosseguimento na instalação das redes de TV a Cabo, caso até esta data não se tenha alcançado uma solução para o problema da votação da composição e instalação do Conselho.

### **III. CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

#### **1. PERFIL DE ATUAÇÃO DO CONSELHO**

O Fórum entende que o Conselho é um elemento vital na sua política de luta pela democratização da comunicação, inaugurando as novas relações que pretendemos estabelecer na sociedade em torno da comunicação de massa no Brasil, atuando de modo a:

- a) pautar questões e agendas no interior da sociedade em relação à comunicação de massa;
- b) acompanhar e opinar sobre as ações do Congresso e mesmo do Executivo em relação à comunicação, visando a instituição de um verdadeira lógica do Público, em substituição ao patrimonialismo, ao corporativismo e ao cartorialismo;
- c) debater a qualidade estética e o conteúdo da produção cultural dos meios de comunicação de massa, procurando estimular o senso crítico do público e levando ao empresariado de comunicação as demandas dos setores organizados da sociedade civil;
- d) habilitando a sociedade civil para o debate da comunicação e sendo o elo de ligação entre o movimento de massa e a institucionalidade;
- e) enunciando bases para a formulação de políticas públicas;
- f) equacionando e mediando conflitos entre a sociedade, o empresariado e o Executivo, na assessoria ao Legislativo.

#### **2. DEBATE DO PAPEL DO CONSELHO**

O Fórum desenvolverá uma ampla campanha com o objetivo de propagandar o Conselho, sua importância, suas funções, sua composição, etc. Ao mesmo tempo, o Fórum e as entidades que o integram retomarão a pressão sobre o Congresso Nacional visando a aprovação imediata da composição do Conselho, com base no acordo negociado na Câmara e com o empresariado de comunicação. A campanha desenvolvida pelo Fórum se adaptará à evolução dos acontecimentos:

- a) se o Conselho foi implantado da forma reivindicada, a campanha inflexionará para um esclarecimento da sociedade sobre o sentido que pretendemos atribuir ao Conselho;
- b) se o Conselho continuar sendo adiado, a campanha acentuará a denúncia para as possibilidades do Conselho que estão sendo barradas e as conseqüências que advirão da sua "derrubada", bem como a denúncia dos setores que o estão obstaculizando;
- c) finalmente, se o Conselho for "derrubado", a campanha fará uma contundente denúncia dos responsáveis e das oportunidades desperdiçadas para avanço da luta pela democratização da comunicação.

<ICOM>NOME ARQUIVO: "#"<FCOM><ME=2,MD=78,MS=3,MI=62><IROD><IQ><C>-  
<NPAG=1><PAG> - <FQ><FROD><EL=2>  
<TL=Arial><CP=9>

## I. FEIÇÕES DO SISTEMA INTERNACIONAL

A queda do Muro de Berlim disseminou mais euforia e perplexidade do que respostas claras às questões filosóficas e políticas que é capaz de suscitar.

Decorridas quase meia década do evento símbolo da crise mundial dos países socialistas percebe-se que ainda predominam assimilações rasteiras que simplesmente saudam a derrocada do socialismo numa postura apologetica do capitalismo ou de alguns que parecem enquadrar a "queda do muro" como um problema de "construção civil".

No âmbito da esquerda a atitude típica ainda é de perplexidade e de desorientação. Certezas e convicções políticas arraigadas sofreram um "chute na cara" dado pela realidade e deixaram órfãos milhões de socialistas num mundo em que o socialismo está desaparecendo. São esfareladas posições teóricas que antes se alicerçavam na demonstrada potência do marxismo como "a grande filosofia do nosso tempo", a única verdadeiramente capaz de "transformar o mundo". Junto com as pedras do muro de Berlim caiu a base de um sistema filosófico com a realidade demonstrando que o marxismo padecia de muitos dos males das razões autoritárias, também em crise. Ficou patente, para quem se dispôs a livrar-se de dogmas, que o marxismo, a despeito do recurso à dialética contra o mecanicismo e das pretensões metodológicas de um sistema totalizante, em oposição às abordagens particularistas, também compartilhava de limitações comuns aos demais sistemas fechados.

Por isto tudo, a queda do muro de Berlim continua sendo o evento mais evocativo e com mais força simbólica, que antecipou a dimensão de tragédia que, apenas três anos mais tarde, seria configurada pelo desmonte do bloco soviético, com sucessivas crises que levaram a sangrentas guerras civis e culminaram com o desmonte da própria União Soviética.

Entre as várias possibilidades de abordagem - filosófica, teórica e política - optamos por responder à perplexidade apontando a dimensão estratégica dos problemas que este mundo apresenta para quem quiser pensar alternativas para o Brasil. Definitivamente este mundo é muito diferente do que vivíamos há menos de uma década atrás. Sua principal característica é a substituição de um <II>sistema bipolar<FI>, assentado na disputa entre os EUA e a URSS, por um mundo marcado por um <II>sistema unipolar<FI>, amparado na hegemonia dos EUA.

Reconhecemos que ainda há dificuldades para a assimilação da compreensão de um mundo comandado por um único pólo de poder. Embora essas dificuldades sejam menores do que existia, por exemplo, há três anos atrás, quando a guerra dos EUA contra o Iraque constituiu o primeiro teste daquilo que seria a nova face do poder mundial: o domínio da superpotência que é a maior potência industrial, o maior produtor agrícola, o maior centro financeiro, o maior exportador e o maior importador do mundo e que também é a potência militar que não tem similar no planeta.

As dificuldades decorrem, em primeiro lugar, do hibridismo existente entre o superado <II>sistema bipolar<FI> e o novo <II>sistema unipolar<FI>. São elementos do antigo sistema parecem revitalizar tendências (como os conflitos regionais, por exemplo). São aspectos secundários e não determinantes que sugerem rumos que não constituem tendências mundiais (a impressão de que ocorre uma multipolaridade econômica que poderia transformar-se numa multipolaridade política). São também traços ocultos das tendências dominantes que ainda não foram integralmente reveladas (por exemplo, todas as conseqüências do processo de secessão na Rússia).

Uma segunda ordem de dificuldades, que ainda impede a identificação da unipolaridade como tendência dominante, exige uma abordagem que necessitava amparar-se na filosofia. Trata-se da identificação de algo que poderia ser definido como uma "dinâmica própria da contemporaneidade" que Adelmo Genro Filho (?) havia identificado como conseqüência da violenta aceleração do ciclo da práxis. Isto é, a redução drástica do tempo decorrido entre o surgimento de uma idéia e sua dimensão, em escala planetária, como produtos, serviços ou mesmo valores.

Esta aceleração do ciclo da práxis não tem como contrapartida um movimento de reapropriação do real pela consciência. Assim, o elemento deflagrador do fenômeno da alienação - entendido por Adelmo Genro Filho como uma essência humana não apropriada - adquire mais potência e distancia, cada vez mais, o homem do controle da sua essência, que ele próprio produz sem perceber. Os produtos da atividade humana se transformam, no ritmo da mercadoria, cada vez mais em coisas. O homem se coisifica.

A perda da identidade do homem com seus próprios produtos parece gerar uma época das atitudes paradoxais, no qual os homens insistem em pensar o mundo com a legalidade de um sistema que não mais vige, deixando de dar à realidade o estatuto correspondente à profundidade das modificações que o mundo está sofrendo. Isto ocorre quando se pensa, por exemplo, a realidade de países com o modelo de "estado-nação" surgido há dois séculos e que está sendo desenvolvido pelas novas relações no sistema internacional.

O mundo dos paradoxos é aquele no qual se celebrou o "justiçamento" do Iraque pelos EUA (sob a capa das "forças aliadas") e, oportunamente, se esqueceu da reinstalação de campos de concentração e da reedição de práticas de "purificação étnica" na ante-sala da Europa, como ocorre na Iugoslávia. É o mundo no qual se possibilita aos indivíduos uma maior cosmovisão, notadamente com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, que dão familiaridade a situações ocorridas em qualquer parte do planeta e, paradoxalmente, estes mesmos meios alimentam atitudes egoístas e de um individualismo exacerbado. É um mundo no qual se disseminam, como nunca, idéias sobre o universo e se torna questão atual e pública a possível existência de manifestações extra-terrestres num monte de Marte onde parece haver a escultura de um rosto e, ao mesmo tempo, verificam-se manifestações de obscurantismo e conservadorismo próprias da Idade Média em relação, por exemplo, à sexualidade. É um mundo no qual se verifica uma quase completa interpenetração dos mercados e que, em contrapartida, é atravessado pela reedição de violentas práticas e atitudes de racismo e xenofobia.

Esta natureza paradoxal própria da contemporaneidade é aquilo que faz, para tornar próximos esses exemplos, com que os mesmos que, sinceramente, juraram defender a nossa "Constituição cidadã", hoje querem mutilá-la. Também é aquilo que faz com que um partido como o PT, que recusou-se a assinar a Constituição, hoje defenda, com unhas e dentes, a sua intocabilidade. Ou então, como lembra o almirante Mário Flores, ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos: "É curioso observar que os monopólios e a estatização, ambos cultivados no regime de 1964, são hoje defendidos pelos que mais combateram aquele regime; e os defendem usando inclusive o conceito da segurança nacional!".

Dirão, provavelmente, que cada uma destas situações "é diferentes". Não estão errados. A "diferença", que produz estes paradoxos, é a produzida por um mundo no qual se acelerou o ciclo da práxis e no qual os homens redefinem constantemente suas referências, por pragmatismo ou, mesmo, por puro e simples dogmatismo.

## UNIPOLARIDADE

Identificamos, portanto, como tendência dominante, a constituição de um Sistema Internacional alicerçado na unipolaridade. Trata-se de um mundo onde uma única potência, ampliada economicamente com a constituição do Nafta (?) e ampliada política e militarmente com a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) incidindo sobre todos os subsistemas do planeta e defendendo seu sentido dominante como uma legalidade essencial.

Trata-se de um mundo que, apesar da universalidade desta tendência principal, é atravessado por <II>contratendências<FI> que, embora não sejam suficientemente fortes para redefinir o equilíbrio do Sistema Internacional, inserem elementos de tensão e contradição e estão, continuamente, desafiando o ator principal, seja comercialmente, seja diplomaticamente, seja econômica ou militarmente.

Até o presente momento, os EUA demonstram clara percepção da necessidade de fazer frente a contratendências manifestas, por exemplo, como a emergência da China, como a possibilidade de constituição de uma zona de co-prosperidade islâmica, unindo os países do centro da Ásia; como as pretensões japonesas de tornar-se mais claramente hegemônico no processo asiático, militarizando-se e nuclearizando-se e desfrutando de mais autonomia estratégica, o que foi traduzido num livro de sucesso de um empresário que leva o sugestivo título <II>O Japão sabe dizer não<FI>; como a tentativa de criação do Mercosul, como bloco regional.

Citamos apenas alguns das dezenas de manifestações que poderiam constituir exemplo. Assim como poderíamos observar a resposta dos EUA a cada um destes processos: a zona de co-prosperidade islâmica é sabotada com o apoio dos EUA a uma liderança como Zenair Bhuto, do Paquistão, uma espécie de "Collor de Mello" paquistanesa, que já havia sido derrubada por corrupção, e agora volta com o apoio dos EUA para fazer frente aos militares de tendência islâmica; esta zona islâmica também é respondida com a presença de uma esquadra no golfo pérsico, ao lado do Irã; o Japão silenciou quanto às pretensões de militarizar-se e nuclearizar-se e "sem dizer não", aceitou entrar em recessão para não atropelar interesses dos EUA, responsável pela absorção de 90% das suas exportações, o que não deixa de ser uma atitude de submissão invulgar para um país que não está ocupado; no caso do Mercosul, a Argentina, autopromovida à condição de guardião dos interesses dos EUA na região, está encarregado da criação de embaraços e defesa da inserção direta ou indireta dos países dos países latino-americanos ao Nafta.

Verifica-se assim intensa movimentação da potência que encarna a <II>unipolaridade<FI>, por vias diplomáticas, comerciais e mesmo militares. A <II>unipolaridade<FI>, hoje afirmada, entretanto, não se confunde com uma forma clássica de Paz Imperial, estabelecendo formas de <II>multilateralidade<FI> - o que não se confunde como <II>multipolaridade<FI> - que dão legitimidade e capacidade de ação para os EUA, gerando um sistema internacional que tem como umas das suas características a <II>interdependência<FI>, como veremos a seguir.

## INTERDEPENDÊNCIA

A instabilidade do mundo contemporâneo ainda faz com que o pólo de poder internacional representado pelos EUA necessita estar ativo para enfrentar diplomática, comercial ou mesmo militarmente, a toda e qualquer contra-tendência.

Para isto, precisamos manter formas de multilateralidade, através de mecanismos de consulta e de busca da legitimidade para suas iniciativas.

Nunca, na história, a Organização das Nações Unidas teve um papel tão importante. Os EUA, que em (?) abandonaram a Unesco e chegaram a ameaçar com uma retirada da ONU, hoje tem nesta organização um instrumento indispensável para a consecução da sua estratégia.

O resultado são relações complexas em que os elementos necessários de multilateralidade - que, insistimos, não se confundem com multipolaridade - abrem perspectivas inovadoras para os países sem autonomia estratégica, em função da abertura para o espaço da diplomacia e para a possibilidade de alianças táticas. O processo de consulta aos aliados acaba se estendendo, de alguma maneira, aos países periféricos melhor situados e que demonstrem mais capacidade de ação diplomática.

## PLANETARIZAÇÃO

A aceleração do ciclo da práxis, como vimos, também corresponde à dimensão da lógica da mercadoria, com a criação de um mercado tendencialmente único no mundo.

A interpenetração e a interdependência dos mercados é um fato objetivo e inexorável, com a criação de uma única divisão do trabalho no mundo. Planetarização, neste sentido, significa um impulso até certo ponto irresistível sobre todas as economias do planeta, movido pela lógica da mercadoria e do capital.

## II. ALTERNATIVAS EM DISPUTA NO BRASIL

A realidade que temos pela frente é a de um equilíbrio do Sistema Internacional assentado num poder <II>unipolar<FI>, num mundo onde <II>interdependência<FI> e <II>planetarização<FI> são traços fundamentais. Nosso problema é reconhecer a realidade da interdependência sem fazer uma apologia da dependência e lidar com a busca da maior autonomia estratégica possível, nesse quadro e, também, reconhecer a realidade da planetarização, não se transformando num submissão dócil à lógica do capital e buscando a afirmação da consciência e de finalidades humanas.

A pressão dos países centrais sobre a periferia, através de organismos internacionais como o FMI (?) e o GATT (?) apontam para transformações profundas no sistema econômico internacional é alterar a



condição de exportador de capital, atribuída aos países da periferia, que iniciou por volta da crise do petróleo e se estende até o final da década de 80.

O novo papel reservado aos países da periferia não será mais o de pagar dívidas que já se mostraram impagáveis. O saldo no balanço de pagamentos, originalmente voltado para o pagamento da amortização e juros da dívida externa agora será voltado para financiar importações.

Assumindo a condição de exportador de bens de capital - localizando na periferia uma produção que encontra mão de obra mais barata e legislação ambiental menos exigente - os países periféricos atuarão como grandes importadores da produção dos países centrais.

Assim, exportando bens e produtos com preços aviltados e importando bens com preços correntes no mercado internacional os países em desenvolvimento, sem grandes modificações no seu sistema produtivo, poderão se adaptar às exigências da nova ordem econômica internacional. Isto significa que, mesmo mantendo um mercado interno reduzido - limitado, no caso brasileiro, a uma elite consumidora que representa cerca de 15% da população - será possível retomar o desenvolvimento econômico com a manutenção de um balanço de pagamentos capaz de pagar uma ampliada pauta de importações.

Diante destas requisições que, no caso do FMI são absolutamente explícitas, existem duas ordens de resposta: de um lado, os liberais, que poderíamos definir como <II>dogmáticos<FI> e, do outro lado, os setores que defendem formas mais ou menos submissas de integração, entre os quais destacamos a atual equipe do Ministério da Fazenda, capitaneado por Fernando Henrique Cardoso, que podemos identificar como <II>pragmáticos<FI>. Em nossa avaliação as duas vertentes apresentam sérios problemas.

#### A VERTENTE DOGMÁTICA

Na posição os liberais e neoliberais de diversos matizes, a síntese não assumida publicamente é a de que o exercício das opções econômicas do país se torna inviável por causa dos civis e da turbulenta democracia brasileira. As dificuldades trazidas pela democracia são o embaraço do país e a fonte da impunidade dos corruptos e do não funcionamento adequados dos poderes. O ideal destes liberais parece ser o Chile: uma esguerdia colocada num gueto, os militares tutelando o Estado e a sociedade civil e as instituições mantidas em funcionamento.

Na verdade, trata-se de uma reedição do ideal autárquico que previa a máxima independência balisando uma inserção vantajosa na divisão internacional do trabalho.

Os liberais <II>dogmáticos<FI> são hoje a principal fonte inspiradora de um projeto autoritário para o país e vêm na estratégia de inserção defendida pelos <II>pragmáticos<FI> um atentado à soberania do país, uma abdicção da soberania.

Como é próprio de todas as posições <II>dogmáticas<FI>, estes liberais unilateralizam um aspecto da realidade que é encarar soberania apenas sob o aspecto econômico, recusando a idéia de que a autonomia estratégica decorra de uma multiplicidade de fatores.

#### A VERTENTE PRAGMÁTICA

Entre aqueles que definimos, para os efeitos desta análise, como <II>pragmáticos<FI>, deixarem de lado os que propõe a pura e simples submissão às exigências do sistema internacional, com um imediatismo irresponsável e falta de projeto de longo prazo, acreditando que a melhor saída e a total integração à divisão internacional do trabalho que esta sendo imposta e que a "lógica da mercadoria" nos livrará automaticamente das mazelas do "estatismo" e da indevida "intervenção da política sobre a economia".

Entre os pragmáticos, a proposta mais consistente é a da equipe de FHC que prevê o convívio com o movimento de substituição da exportação de capitais para uma nova dinâmica de exportações e importações.

Um dos problemas desta proposta é a manobra que, tudo indica, esteja sendo tentada pela equipe de FHC: que é a de oscilar entre o estreitamento de vínculos tanto com o bloco europeu como com o Nafta, talvez com uma valorização do papel do Mercosul.

As dificuldades para constituição do bloco europeu, entretanto, parecem levar a que, apesar das boas intenções da equipe de FHC, levará o Brasil a um progressivo alinhamento com o Nafta.

O problema, em si, não é um certo grau de alinhamento com o Nafta, o que parece inevitável, mas é a forma limitada com que se fará isto, com uma estratégia feita exclusivamente a partir da área econômica. Aliás, é saudável que no ministério da Fazenda esteja um sociólogo e seja perceptível seu esforço para promover uma certa politização do debate sobre as alternativas, embora muito aquém da necessidade de partilhar o poder no país, sobre a capacidade de produzir as opções.

Diante de um Congresso e uma sociedade civil despreparada para o debate, as alternativas estratégicas do país vão sendo constituídas ao sabor das soluções dos "problemas de caixa" e de "financiamento do aparato governamental".

A estratégia de "integração" defendida pela equipe de FHC, embora pareça ser consistente nas medidas que estão sendo preparadas para derrubar a inflação e provavelmente criem condições favoráveis para a manutenção do crescimento econômico, não vão além das "soluções tradicionais" e não parecem ter fôlego para superar em larga escala a miséria, a ausência do mercado e da cidadania de dezenas de milhões de brasileiros.

Na verdade, manter o Brasil nos marcos de uma democracia formal, plutocrata, isto é, um governo que representa, no essencial as elites econômicas do país, mantendo a exclusão de dezenas de milhões de brasileiros, não assegurará uma real autonomia estratégica para o país: trata-se da integração à lógica imposta pelo Sistema Internacional.

### III. NOSSA PROPOSTA

A hipótese que levantamos é a da necessidade de construção de diversos elementos de potência para obter resultados, também diversos, apontando para a construção de uma "sociedade inteligente". Esta poderia ser entendida como uma resposta brasileira para a contemporaneidade.

Partimos da inversão, produzida por Adelmo Genro Filho, na compreensão da política, usualmente pensada como luta pelo poder e como base de um entendimento que define poder como finalidade da política.

Ao contrário, Adelmo entende política como trânsito da essência humana e poder como o resultado da distribuição das possibilidades de trânsito das essências humanas.

Com essa inversão de Adelmo, podemos redefinir a fetichização das relações entre potência e poder. Comumente, poder é entendido como o exercício do poder. Ao contrário, entendemos que o exercício do poder depende do grau de potência desenvolvida pelos atores nas relações conflitivas.

Assim como o senso comum instalado na ciência política apanha a política pelos seus efeitos e não por sua essência, queremos apontar potência como prerrogativa para o exercício do poder. Queremos pensar o exercício do poder dependente da modalidade de distribuição de potência que existe na sociedade. Isto explica porque uma sociedade poder ser potente do ponto de vista militar, mas não ter capacidade para exercer hegemonia.

Entendemos que um traço comum entre as propostas <II>dogmáticas<FI> e <II>pragmáticas<FI> é a exacerbação do papel da economia na constituição de potência para o país. Ambas as vertentes restringem o espaço da política e não reconhecem a superioridade estratégica da democracia em relação aos governos autoritários. Deixam de reconhecer, assim, que a pluralidade é um elemento de potência e que o exercício da pluralidade é um fator de construção de potência.

Aliás, é notável o reconhecimento de que a democracia foi deixada de lado na América Latina, nas décadas de 60 e 70, com o apoio dos países do norte, em nome dos alinhamentos requeridos pelos EUA e URSS. Hoje, a democracia é usada como arma contra os países do sul. É verdade que faz-se "vista grossa" a regimes tutelados como o chileno ou, mais explicitamente, como o peruano, ou mesmo com rupturas institucionais como a liderada por Ieltsin na Rússia, quando os seus interesses dos EUA assim recomendam. Outras manifestações "autoritárias", entretanto, como a do Iraque, passam a ser "insuportáveis" e justificam represálias e, inclusive, intervenções armadas.

Aliás, o entusiasmo juvenil dos que hoje tramam um projeto autoritário para o Brasil precisa ser refreado com uma reflexão de que algum tipo de golpe, no país, ainda que nos bastidores possa ter sinal verde, poderá levar a um apoio internacional, talvez dos próprios EUA, a um processo de resistência. Isto é, não é impossível que seja estimulado um golpe, de parte de "setores nacionalistas" e com a pretensão de "moralização do país" e os países centrais alimentarem a resistência à essa ditadura, deixando o país esfacelado por sangrentas disputas internas. A quem interessa o acirramento de ânimos internos e um eventual processo de guerra civil no país? Com certeza, aos que tem interesse de neutralizar as potencialidades do país e impedir o papel que o Brasil pode cumprir no Sistema Internacional.

Ao contrário deste tipo de risco, o que necessitamos é usar a democracia como instrumento do sul contra o norte. Para isto, temos que ir além dos parâmetros da democracia burguesa formal, cujos cânones datam de dois séculos atrás e que prevê uma perfeita representação da sociedade por um Estado dividido em três poderes.

Não é preciso demonstrar que o Estado, na medida em que se torna complexo e movido por uma burocracia gigantesca, tende a agir em função de seus próprios interesses. Também não cremos ser necessário demonstrar que a sociedade e os setores sociais que a representam, agem movidos por interesses imediatos e particularistas. Há muito, Estado e sociedade não falam a mesma linguagem, não tem um termo comum de entendimento.

Nosso desafio é politizar essas relações, através de instituições que se especializam na produção e no trânsito das essências humanas e que superam as lacunas abertas pelo formalismo de meios de representação concebidos numa época em que a dinâmica era a da modernidade e não da contemporaneidade.

Necessitamos instituições que capacitem a sociedade a politizar suas relações com o Estado e levem o Estado a cumprir sua função social que é a qualificação e regulação das relações e práticas sociais. São instituições que reestabelecem o sentido de meio e fim entre o Estado e a sociedade.

Esta é, definitivamente, uma tarefa revolucionária, mas que não é utópica, nem promete "o céu na terra", pois envolve uma disposição para afirmar a radicalização da democracia, consistindo numa recusa dos aspectos adjetivos da democracia tida, por exemplo, como "representação do povo", em função de uma valorização dos elementos de controle do exercício do poder.

Estamos nos referindo à necessidade de instituições que cumpram o papel de "elementos conversores" da linguagem entre o Estado e a sociedade, alcançando uma base de diálogo hoje inexistente. Isto significa superar o formalismo na busca de uma relação contratual entre o Estado e a sociedade, como ocorre nas práticas de representação que servem, fundamentalmente, para usurpar uma representação que não se efetiva.

Dirão os formalistas que os mecanismos "constitucionais" e de "reforma" possibilitam redefinições dessas "bases contratuais". Na verdade isso é puro formalismo. O que defendemos é algo distinto da fórmula de "megacontrato" de tipo roussoniano". Queremos instituições que permitam o estabelecimento de uma nova "lógica contratual", que faz com que os setores da sociedade se expressem na vida pública de forma sistemática e permanente, pactuando e repactuando relações. Por não envolverem a "elaboração de leis", estas relações podem ser equacionadas de modo não formalista e dogmático, de modo adequado à dinâmica da contemporaneidade.

Estas instituições que deverão ser deverão se constituir em "pólos inversores" deverão ser capazes de dotar a sociedade de sentido humano, indo além das demandas corporativas, e capacitando a sociedade e o próprio Estado, para que se estabeleça uma relação de meio e fim que deve existir entre os dois, adequando a todos para os ritmos da contemporaneidade.

Nestas novas relações, sociedade inteligente, é aquela que se capacita para lidar com o Estado de "igual para igual", que não se intimida com "questões técnicas" e que sabe que a política e a estratégia devem estar no posto de comando. Na <II>sociedade inteligente<FI>, além da representação exercida pelo parlamento e pelas organizações governamentais, teremos mecanismos próprios da sociedade e o estabelecimento de uma rede de mediações que produzam força material notável.

Isto significa estabelecer formas de relações que vão além dos interesses eleitorais dos partidos e indivíduos que ocupam posições no governo e contribuiria para dar persistência para a consecução de projetos e políticas públicas.

## CONSELHO

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso, é uma típica instituição voltada para a construção da <II>sociedade inteligente<FI>.

Decorre desta preocupação a busca estratégica da criação de instituições especializadas na "mediação" entre aquilo que o setor privado-comercial produz e o que é assistido pelo público, criando-se uma relação de duplo sentido. Esta relação consiste, de um lado, em saber valorizar frente ao público consumidor aquelas obras que contêm valor estético, e aqueles conteúdos que transitam valores humanos e qualificam a cultura. Enfim, busca-se a elevação do nível de percepção do público e o desenvolvimento do seu senso crítico, apurando seu discernimento, dotando-o de premissas a partir das quais seja possível estabelecer uma relação crítica com a mídia e, portanto, sendo virtualmente humanizadora.

Em contrapartida, de outro lado, esta relação leva as demandas dos setores organizados da sociedade para dentro dos veículos privado-comerciais, responsáveis pela produção de programação, estimulando as práticas qualificadas e expondo-lhes a crítica quando estes incorrem em concorrência predatória, degenerando o conteúdo da programação - por exemplo, com o recurso gratuito à pornografia e à violência - ou mesmo discutindo alternativas para a programação destituída de valor estético e que brutaliza e desumaniza.

Este é um complexo campo de debate, porém inarredável. Infelizmente, para uma grande parte dos profissionais da área da comunicação - jornalistas, radialistas, artistas, etc. - o conceito de estética não faz o menor sentido e suas atuações profissionais tendem a se reduzir a um tecnicismo operativo. O problema, evidente, não é menor entre os setores mais esclarecidos da sociedade civil. O que não é gratuito, pois um dos aspectos perversos da comunicação de massas tem sido, a condição de emascular da produção cultural de massa a categoria da estética.

Enfatizamos que estética supõe juízo, e que juízo supõe crítica e debate. Eliminando-se o debate da percepção estética, elimina-se o juízo e a crítica. É um problema da cidadania superar a mera relação de empatia e identificação com os produtos veiculados nos meios de comunicação de massa e substituir essa relação passiva por uma atitude crítica diante desses conteúdos. Essa relação crítica constitui um momento importante da construção da cidadania porque ela forma indivíduos que, se não forem assim mobilizados por um esforço de capacitação crítica - no contexto de um projeto de construção da cultura e da nacionalidade - serão reduzidos à condição de meros objetos de um mercado que privilegia a relação instrumental.

O Conselho, diante desse complexo e grave problema da contemporaneidade, portanto, atuará sobre uma esfera de problemas que é brasileira, mas também é universal. Trata-se do esforço para que no país se controle, de forma democrática e plural, os meios que a própria sociedade desenvolve e para que estes - os meios de comunicação, inclusive, não se voltem contra o próprio homem. Uma experiência dessa natureza, se bem sucedida, poderia, pela força do exemplo, ter importância para a própria humanidade.

## REVISÃO CONSTITUCIONAL

A esquerda está prestes a sofrer a sua pior derrota política desde 1964, com a derrubada de garantias e direitos dos trabalhadores inseridos na Constituição de 88, com a perda de espaço político às vésperas das disputa presidencial de 94 e com possibilidade de isolamento político.

A causa principal desta possível derrota é a disposição de manter até o fim uma atitude contrária à revisão com uma postura preempatória e meramente contrapostiva.

Sem uma rápida recomposição de estratégia não se poderá atribuir apenas à direita a perda de direitos e este isolamento. A lógica contrapostiva e defensiva adotada pela esquerda desarmam politicamente e levam ao paroxismo a negatividade que marca, historicamente, o perfil da esquerda no país.

A realidade inexorável da ocorrência da revisão talvez contribua para uma avaliação menos emocional do contexto em que se dá a ampla aliança política que está pronta para levar a cabo a revisão e que vai de setores de centro-esquerda até a extrema-direita.

A amplitude desta aliança não é casual. Diz respeito à realidade do mundo contemporâneo, à realidade de um mercado planetarizado e relações econômicas globalizadas. Esta nova realidade, que corresponde a um novo perfil das relações internacionais tem profundos desdobramentos nas realidades políticas no interior de cada país e no próprio papel de cada Estado-nação. Corresponde à explicitação da lógica da mercadoria, num sentido mais universal, e aos interesses do megabloco capitaneado pelos Estados Unidos, num sentido mais particular, a ideologia neoliberal que prega o desmonte dos Estados nacionais e a acomodação das forças impulsionada exclusivamente pelas relações de mercado.

Exatamente com uma postura que revela mais "perplexidade" diante das novas relações, atravessada por uma crise de premissas lógicas, a esquerda tem dificuldades para assumir assim uma postura que vá além da mera contraposição. Assim, a esquerda atribuiu um sentido único às bandeiras que os neoliberais atribuem à modernidade, que são de "interdependência" e de "planetarização do mercado".

Na verdade, estes são traços da contemporaneidade e não da modernidade que já se esgotou com a falência tanto do modelo socialistas, como dos modelos keynesianos e do estado do bem-estar social (<II>welfare state<FI>) e das economias com desenvolvimento autarquicamente impulsionado pelo Estado. A postura de recusa de uma realidade que tem seu controno se impondo inexoravelmente é uma das fontes do isolamento da esquerda.

A única saída, agora, parece ser uma rápida recomposição de posição e a conscientização de que não é possível um posicionamento, neste contexto, apenas instrumentalizando as perspectivas da candidatura de 94. É necessário perceber que, na disputa da revisão constitucional, está em jogo o perfil institucional do país.

Sem simplificar esta disputa é preciso perceber que é necessário e é possível estabelecer pontes com setores de centro-esquerda, de centro e até da direita, em torno de projetos nacionais. Na verdade, é preciso perceber que estes "rótulos" quase não tem mais sentido. É preciso uma reatribuição de sentido às posições e alianças. Só para insistir num exemplo: a política das Forças Armadas em relação à Amazônia é muito mais "revolucionária" do que as posições dominantes na esquerda.

A grande tarefa da esquerda parece ser a adoção de uma "tática de paradoxo". Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a inserção do Brasil num mundo de mercado globalizado é inevitável. A tarefa que se impõe, portanto, é buscar uma forma de "interdependência" e de "planetarização" que não se reduza, respectivamente, a uma "mera dependência" e a "pura e simples submissão ao mercado". Isto é, o esforço é para que "interdependência" não seja um caminho para uma mera diluição no contexto dos interesses dos países do centro do Sistema Internacional e para que o convívio com a "planetarização" não implique em uma assimilação dos aspectos bárbaros e desumanos das relações que são "exportadas" do "centro" para os países da periferia.

Insistimos: o que está em disputa, fundamentalmente, na revisão da constituição, não são as eleições de 94, mas o perfil institucional do país. Ficar fora desta disputa é aceitar o comprometimento, inclusive, da estrutura do aparelho governamental do Estado cujo presidente será eleito em 94.

Mais do que isto: sem um reequilíbrio dos poderes, por exemplo, com mecanismos como o controle externo do judiciário - cuja "politização" crescente está sendo perigosamente alimentada pela própria esquerda, sempre disposta a patrocinar o acúmulo do Executivo e do Legislativo, quando estes estão nas mãos "dos outros" - o que poderemos ter em 94 é um Executivo "eunuco", que pode ser obstaculizado por um poder sobre o qual a sociedade não dispõe de nenhum controle ou fiscalização.

A tarefa da esquerda, portanto, é articular a adaptação do Brasil para uma integração com o novo Sistema Internacional de modo que "interdependência" e "planetarização" não signifique a simples eliminação de garantias dos trabalhadores, direitos humanos e individuais e a destruição do Estado.

Sem política, restará o recurso da força bruta contra uma força bruta que se sabe muito maior e o desperdício dos elementos "humanistas" que hoje vicejam mesmo entre setores de centro-esquerda, centro e direita.

Despindo de preconceitos o posicionamento da esquerda, é preciso reconhecer que é necessária uma recomposição do papel do Estado no Brasil e uma redefinição da integração aos mercados internacionais. Isto implica em dotar o país de uma política de privatizações, de novas relações com o capital internacional e de uma nova política, entre outras medidas de natureza estrutural.

Simplemente negando que isso é necessário, a esquerda fica fora da disputa e deixará que esse equacionamento fique nas mãos, na melhor hipótese, do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) ou, não se descarta, dos setores mais articulados com os interesses do Departamento de Estado dos EUA.

É preciso, portanto, romper com a lógica saudosista e contrapositiva e tornar a esquerda ciente das determinações da contemporaneidade para que se possa disputar o perfil do Brasil contemporâneo. Isto implica num esforço para romper o atrado e disputar o conteúdo da revisão, indo além da sua mera negação formal.

## LUTA PELO CONSELHO

Finalmente a confirmação: o empresariado de comunicação estava, de fato, trabalhando nos bastidores do Congresso para impedir a votação da composição do Conselho de Comunicação Social, acertada em acordo mantido com o Fórum. Mais do que isso, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a maior entidade empresarial da área da comunicação, está assumindo publicamente (ver matéria em anexo) que quer derrubar o Conselho na revisão constitucional. Neste quadro, não pode haver hesitações no Fórum. Temos que fazer vigorar a estratégia e a política aprovada na IV Plenária, sob pena de comprometer irremediavelmente o conjunto da luta pela democratização da comunicação. Por isto, a FENAJ propõe aos companheiros da Coordenação do Fórum a avaliação e os encaminhamentos que se seguem.

Em tese apresentada na IV Plenária, em março de 93, a FENAJ denunciou, veementemente, o descompromisso de determinadas lideranças do Fórum com o conjunto da luta pela democratização da comunicação.

A unilateralização da luta, com sua redução a um único objetivo - apontava a tese da FENAJ - estava enfraquecendo o Fórum e colocava em risco a <II>única<FI> conquista obtida pelo Fórum, que foi a aprovação da Lei, que regulamentou o Conselho de Comunicação Social.

Verificava-se, de parte de alguns companheiros, não só descompromisso, mas engajamento <II>contra<FI> a composição do Conselho.

Decorridos quase oito meses desta Plenária, contata-se que a unilateralização da luta pela democratização continua a mesma. A estreiteza da percepção destes companheiros parece não lhes deixar perceber que sem engendramos uma lógica de relação com o empresariado de comunicação, a base do poder real na área da comunicação no Brasil - uma relação na qual se articulam tanto elementos de força, como de abertura de possibilidades de interlocução - não avançaremos e não alcançaremos <II>nenhum objetivo<FI> do Fórum.

O resultado da política desagregadora que viemos mantendo é um completo retrocesso. Não avançamos nem na constituição da força e nem nas bases de interlocução.

Não adianta mais fantasiar relatos e avaliações tão grandiloquentes quanto mentirosas, nas quais os adjetivos tomam lugar dos substantivos - na reedição de uma prática perversamente manipulatória: a verdade é que estamos acumulando derrotas em todas as frentes:

<IE>\*<FE> os empresários estão assumindo que querem derrubar o Conselho, traindo o acordo feito quando o Fórum demonstrava ter alguma força;

<IE>\*<FE> não criamos um espaço de interlocução em relação à LID, que está sendo simplesmente repelida pelo conjunto dos empresários de comunicação, criando as condições para uma rejeição pela maioria conservadora do Congresso;

<IE>\*<FE> o empresariado abandonou o processo de negociação da TV a Cabo e os grupos monopolistas aceleraram a implantação das redes em todo o Brasil;  
<IE>\*<FE> o governo recuou da disposição de patrocinar uma reestruturação da Rede Manchete em bases democráticas;  
<IE>\*<FE> estamos menos organizados do que em 1991, ano de surgimento do Fórum;  
<IE>\*<FE> a Coordenação enfrenta imensas dificuldades até mesmo para se reunir, verificando-se, inclusive, desinteresse, da parte de alguns, no funcionamento desta instância.

Verificamos que todos estes fatos deixam claro que não está sendo implementada a política tirada na IV Plenária. Estes fatos, segundo entendemos, constituem resultado de ações explícitas para desagregar o Fórum.

Ainda não temos elementos suficientes para afirmar que há uma intencionalidade nas ações desagregadoras que estão em curso. Preferimos acreditar que há atitudes equivocadas que devem ser urgentemente repensadas. Mas a FENAJ não tem nenhuma dúvida: <II>não são mais suportáveis<FI> as ações fracionistas e desagregadoras.

A defesa da unidade do Fórum - intransigentemente defendida pela FENAJ, principal articuladora do esforço, iniciado em 1991, que resultou na criação do Fórum - não pode ter como preço a imobilidade, uma atitude impotente e de renúncia à natureza coletiva das nossas ações.

Na sua última reunião (15/9), a Coordenação do Fórum fez um apelo franco às entidades cujos representantes a integram, ressaltando que "os Comitês e Entidades Nacionais que não se sentirem em condições de se fazer representar junto à Coordenação ou não tiverem condições de oferecer representantes com real disponibilidade para responder às tarefas exigidas pelo Fórum, que reconheçam francamente esta situação e formalizem sua desistência. A Coordenação entende que isto não significará um abandono da luta pela democratização mas, ao contrário, uma afirmação de compromisso, diante de encargos que eventualmente não se tenha condições de assumir" (<II>Fax\*Fórum<FI> 12, p.4)

A FENAJ gostaria de propor ao conjunto do Fórum, também francamente, um apelo ainda mais dramático: aqueles Comitês, Entidades Nacionais e companheiros que não se disponham a agir coletivamente e que estão empenhados em ações de natureza particular ou pessoal, que assumam claramente esta atitude. E que cada posição siga o seu caminho, sem que uma entrave a outra.

A FENAJ <II>não hesitará<FI> na busca da fidelidade à política traçada na IV Plenária e na criação de um movimento unitário, de caráter nacional, reunindo o mais amplo conjunto de setores da sociedade civil que se disponha a enfrentar <II>coletivamente<FI> a luta pela democratização em <II>toda a sua complexidade e abrangência<FI>.

A FENAJ está disposta a buscar a criação deste movimento mesmo que o atual perfil do Fórum tenha que ser redesenhado.

O que <II>não é mais suportável<FI> é a <II>hipocrisia<FI> de se assumir compromissos públicos que são violados, acordos que são desrespeitados por companheiros do Fórum, sem nenhum pudor ou sentido ético. Não é mais possível conviver com os que agem para solapar a unidade do Fórum.

É necessária uma reestruturação do Fórum? Então que a façamos agora. Mais tarde, será tarde demais. Não há mais como fantasiar nossa situação com relatos grandiloquentes.

A estupidez desta atitude está estampada na renúncia objetiva que alguns companheiros estão fazendo em relação à única conquista até agora alcançada pelo Fórum.

Na situação em que nos encontramos - esta é a proposta da FENAJ - só há uma <II>prioridade absoluta<FI> para o Fórum: a defesa do Conselho e da sua imediata composição.

Isto não significa abandonarmos as outras frentes de luta, o que seria perder ainda mais terreno. Significa, isto sim, reconhecer a <II>anterioridade<FI> da luta pelo Conselho e o caráter <II>preliminar<FI> desta para o desempenho das demais.

Acreditamos que se alguém acha que alguma das frentes de luta possa avançar sem a solução prévia da disputa do Conselho, este alguém não tem a menor noção do que está acontecendo: não percebe a correlação de forças no Congresso; não entende que os meios de comunicação intensificarão a barreira já existente a qualquer avanço que lhes tire poder, com certeza até o desfecho do processo eleitoral de 94. Aliás, só um <II>empresariado burro<FI> entregaria <II>de graça<FI> avanços às vésperas de uma disputa eleitoral com a importância da que o país terá em 94. Não é o caso do empresariado de comunicação brasileiro. Diante de um <II>movimento frouxo<FI>, <II>burocratizado<FI> e <II>sem unidade interna<FI> como o Fórum vem se revelando, é compreensível que eles recuem inclusive nos acordos firmados publicamente.

Este é o momento, portanto, para nos concentrarmos em uma <II>única prioridade<FI>: a defesa do Conselho. O andamento das outras frentes de luta, assim, deve continuar para não perdermos terreno, mas <II>subordinado<FI> a este <II>objetivo prioritário<FI>.

Esta é a proposta da FENAJ com que pretendemos traduzir fielmente a política traçada pelo Fórum da IV Plenária que diz: "A busca dos objetivos políticos do Fórum será conduzida e hierarquizada de acordo com sua importância relativa e conjuntural. (...) fica entendido que <II>todos<FI> os objetivos políticos do Fórum são importantes e que o destaque e a concentração de esforços em cada um deles depende da conjuntura e da própria evolução global da luta pela democratização da comunicação; há uma profunda interconexão entre todos os objetivos políticos do Fórum e os resultados da luta pela democratização da comunicação só adquirem sentido se examinados globalmente; as campanhas públicas e as iniciativas, tomadas pelo Fórum, de mobilização da sociedade serão planejadas e administradas pela Coordenação do Fórum. Essas campanhas e iniciativas deverão refletir a interconexão dos objetivos políticos do Fórum; concentrações de esforços serão determinadas, pela Coordenação, de acordo com uma avaliação global da luta pela democratização da comunicação; (...)" (<II>Fax\*Fórum<FI> 10, p.10).

Apresentamos esta proposta com a certeza de que <II>decisões deverão ser tomada<FI> agora, e que o Fórum não pode mais ser <II>emperrado<FI> por atitudes fracionistas e desagregadoras.

Para encaminhar estas decisões propomos o seguinte cronograma:

- \* entrada imediata de ação no STF exigindo a votação, pelo Congresso, da composição do Conselho;
- \* entre 8 e 12/10, com data a ser confirmada, realização em São Paulo de reunião da Coordenação;
- \* reunião em Brasília, dia 13/10, dos membros indicados pelo Fórum, para a composição do Conselho;
- \* visita, pelos membros indicados pelo Fórum, das lideranças de todos os partidos na Câmara e no Senado, com entrega de manifesto, a ser distribuído para todos os parlamentares;
- \* deflagração de ações políticas, pelos Comitês, Comissões Pró-Comitê e Entidades Nacionais, de denúncia da intenção de derrubada do Conselho e mobilização pela sua imediata composição;
- \* convocação de Plenária do Fórum para o início de novembro, já que as confirmações de presença para a V Plenária de 9 a 11/10 mostrou sua inviabilidade.

Brasília, 3 de outubro de 1993

<C>Daniel Herz  
<C><IC>Representante da FENAJ na  
<C>Coordenação do Fórum Nacional  
<C>pela Democratização da Comunicação<FC>